



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS

PAULO HENRIQUE PASSOS DUTRA

RAÇA, CLASSE, GÊNERO E EDUCAÇÃO PERMANENTE NA
ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PORTO SEGURO/BA

Porto Seguro-BA, 2023.

PAULO HENRIQUE PASSOS DUTRA

**RAÇA, CLASSE, GÊNERO E EDUCAÇÃO PERMANENTE NA
ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PORTO SEGURO/BA**

Dissertação apresentada ao
Mestrado Profissional do Programa
de Pós-Graduação em Ensino e
Relações Étnico-Raciais (PPGER)
da Universidade Federal do Sul da
Bahia (UFSB) sob orientação da
Profa Dra Carolina Bessa Ferreira de
Oliveira.

Porto Seguro-BA, 2023.

Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

D978r Dutra, Paulo Henrique Passos, 1979 -
Raça, classe gênero e educação permanente na assistência social
em Porto Seguro/BA. / Paulo Henrique Passos Dutra. – Porto Seguro,
2023.
133 f.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Bessa Ferreira de Oliveira
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia.
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico Raciais.
Campus Sosígenes Costa.

1. Raça. 2. Classe. 3. Gênero. 4. Educação Permanente. 5. Assistência
Social. I. Oliveira, Carolina Bessa Ferreira de. II. Título.

CDD – 361.3

Elaborado por Lucas Sousa Carvalho - CRB-5/1883

RESUMO

A presente pesquisa de mestrado profissional investigou a relação entre raça, classe, gênero e educação permanente no âmbito da assistência social em Porto Seguro, Bahia, sob ótica interseccional, tendo como objetivo geral analisar a relação entre raça, classe e gênero enquanto aspectos predominantes entre as (os) usuárias (os) dos serviços ofertados pela assistência social em Porto Seguro e que devem compor processos de educação permanente das (os) profissionais. Como objetivos específicos pretendeu discutir as relações étnico-raciais com foco na assistência social e na educação permanente das (os) técnicas (os) a partir da mobilização, principalmente, de autoras (es) negras (os), conhecer as percepções das (os) técnicas (os) da assistência social do município de Porto Seguro sobre racismo, raça, classe e gênero em seu trabalho cotidiano, identificar a necessidade e interesse formativo sobre o tema, além de construir, de forma coletiva com técnicas (os) da assistência social em Porto Seguro, um caderno formativo virtual que aborda temas e conceitos afetos às relações étnico-raciais em diálogo com a política de assistência social. Esta pesquisa de abordagem qualitativa e cunho participante e interdisciplinar apoiou-se em estudos e pesquisas críticas na área das relações étnico-raciais no país e ancorou-se na metodologia da pesquisa-ação. Ela se iniciou com a semente da inquietação baseada na percepção empírica do pesquisador, cuja atuação profissional é atrelada à assistência social municipal em Porto Seguro, sobre a ausência de debate no tocante às relações raciais no cotidiano profissional e é germinada e nutrida com a apreensão de conhecimentos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER/UFSB). Assim, entende-se que parte da relação entre raça, classe e gênero enquanto aspectos predominantes entre as (os) usuárias (os) da assistência social em Porto Seguro e da busca pela compreensão de como a educação permanente pode desempenhar papel relevante na oferta de processos formativos sobre as relações raciais no território. Metodologicamente, a pesquisa organizou-se em etapas, iniciando-se pela pesquisa bibliográfica e documental, ao lado de levantamento inicial com questionário virtual sobre as percepções das (os) técnicas (os) atuantes na assistência social Municipal de Porto Seguro sobre o tema e, posteriormente, a realização de rodas de conversa temáticas em articulação com o Setor de Educação Permanente da política de assistência social no município para a construção do produto final - caderno formativo intitulado "Entre Frutos Colhidos e Novas Sementes: Rodas de Conversa, uma Proposta de Análise Interseccional para o Enfrentamento ao Racismo na Assistência Social" -, como um instrumento formativo possível de ser utilizado em processos de educação permanente, visando fomentar reflexões junto às (aos) técnicas (os) atuantes nas unidades da assistência social em Porto Seguro sobre a imprescindível necessidade de reconhecer a correlação entre as relações étnico-raciais e as diversas situações de vulnerabilidades sociais

enfrentadas pela população negra, possibilitando intervenções críticas, propositivas e de acordo com as demandas emergentes da realidade social.

Palavras-chave: Raça; Classe; Gênero, Educação Permanente; Assistência Social.

ABSTRACT

This professional master's research investigated the relationship between race, class, gender and permanent education in the context of social assistance in Porto Seguro, Bahia, from an intersectional perspective, with the general objective of analyzing the relationship between race, class and gender as predominant aspects between the users of the services offered by social assistance in Porto Seguro and who must compose processes of permanent education of the professionals. As specific objectives, it intended to discuss ethnic-racial relations with a focus on social assistance and permanent education of the techniques from the mobilization, mainly, of black authors, to know the perceptions of the techniques of social assistance in the municipality of Porto Seguro on racism, race, class and gender in their daily work, identify the need and training interest on the subject, in addition to building, collectively with assistance techniques social in Porto Seguro, a virtual training agenda that addresses themes and concepts related to ethnic-racial relations in dialogue with the social assistance policy. This research, of a qualitative, participatory and interdisciplinary nature, is based on studies and critical research in the area of ethnic-racial relations in the country and is anchored in the methodology of active research. It began with the seed of concern based on the empirical perception of the researcher, whose professional activity is linked to municipal social assistance in Porto Seguro, about the absence of debate regarding racial relations in daily professional life and is germinated and nourished with the apprehension of knowledge within the Graduate Program in Teaching and Ethnic-Racial Relations (PPGER/UFSB). Thus, it is understood that part of the relationship between race, class and gender as predominant aspects among users of social assistance in Porto Seguro and the search for understanding how permanent education can play a relevant role in the provision of training processes on racial relations in the territory. Methodologically, the research was organized in stages, starting with bibliographical and documentary research, alongside the application of an initial virtual questionnaire on the perceptions of the technicians working in the municipal social assistance of Porto Seguro on the subject and, subsequently, the holding of thematic conversation circles in conjunction with the Permanent Education Sector of the social assistance policy in the municipality for the construction of the final product - training notebook entitled "Between Harvested Fruits and New Seeds: Conversation Circles, a Proposal for Intersectional Analysis for Confronting Racism in Social Assistance" -, as a training tool that can be used in continuing education processes, aiming to encourage reflections with the technicians working in social assistance units in Porto Seguro on the essential need to recognize the correlation between ethnic-racial relations and the different situations of vulnerability social ities faced by the black population, enabling critical, propositional interventions and in accordance with the emerging demands of social reality.

Keywords: Race; Class; Gender, Permanent Education; Social assistance.

PAULO HENRIQUE PASSOS DUTRA

**RAÇA, CLASSE, GÊNERO E EDUCAÇÃO PERMANENTE NA ASSISTÊNCIA
SOCIAL EM PORTO SEGURO/BA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais do Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações étnico-raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia

Dissertação defendida em 31 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 CAROLINA BESSA FERREIRA DE OLIVEIRA
Data: 06/04/2023 15:20:26-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

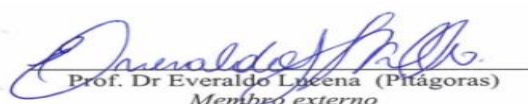
Prof^a. Dra. Carolina Bessa Ferreira de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB

Documento assinado digitalmente
 ELIANA POVOAS PEREIRA ESTRELA BRITO
Data: 31/03/2023 11:53:43-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dra. Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito
Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB

Documento assinado digitalmente
 LILIAN LIMA GONCALVES DOS PRAZERES
Data: 03/04/2023 09:26:05-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dra. Lilian Lima Gonçalves dos Prazeres
Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB


Prof. Dr. Everaldo Lauritzen Lucena (Pitágoras)
Membro externo

Prof. Dr. Everaldo Lauritzen Lucena (Convidado Externo)
Faculdade Pitágoras e Prefeitura Municipal de Porto Seguro

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Dr^a Carolina Bessa pela orientação, pela revisão dos meus escritos e pela caminhada compromissada, solidária e propositiva.

Às professoras e aos professores do PPGER/UFSB por potencializarem pensamentos críticos para uma atuação antirracista.

A todas, todos e todes colegas da turma 2020 do PPGER/UFSB pela troca de saberes e vivências, pelo carinho e incentivo.

Ao Coletivo Dandaras/Projeto Enegrecendo a Academia pelo papel fundamental na preparação para ingresso no PPGER/UFSB, pelos diversos momentos de aprendizagem e apoio fraternalmente disponibilizado.

À companheira Mirian Santos Lima pela orientação atenta prestada durante o curso “Enegrecendo a Academia”, pelo apoio e incentivo.

Ao colega de trabalho Everaldo Lauritzen Lucena pelo exemplo e encorajamento em buscar ampliação de conhecimentos para qualificação dos serviços ofertados à população.

Às minhas amigas Fernanda Scofield e Heloísa Scofield pelas traduções e pela amizade verdadeira que vence o tempo e a distância.

Ao meu companheiro, Marcelo Nascimento Dias por todo amor, cuidado, paciência, apoio e incentivo.

Às minhas amigas Fabiana Melo e Giovanna Melo pela amizade, amor e companheirismo.

Aos colegas atuantes na assistência social em Porto Seguro pela participação voluntária na pesquisa e pela torcida.

Para minha mãe, Manuelina Passos Dutra, pelo amor, pelo exemplo de ser humano íntegro e por todo apoio e incentivo para alcançar meus objetivos.

Às minhas irmãs Rosane Passos Dutra e Rosilane Passos Dutra Scofield e ao meu irmão Afrânio Costa Dutra Júnior pelo amor e encorajamento.

In Memoriam

Ao meu pai Afrânio Costa Dutra que sempre se preocupou em garantir aos filhos inserção e permanência nos espaços formais de educação, oportunidade que ele mesmo não teve.

À minha avó Rosalina Rodrigues Passos pela dedicação no cuidado e instrução de forma sempre amorosa.

LISTA DE SIGLAS

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRAM – Centro de Referência de Atendimento à Mulher

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CF/88 – Constituição Federal de 1988

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NOB – Norma Operacional Básica

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PPGER – Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SECAD - Secretaria Nacional de Cadastro Único

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	12
1.1 Memorial acadêmico-profissional	19
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS	24
2.1 Dos procedimentos da pesquisa	24
2.2 O viés interseccional crítico como práxis e ferramenta de análise	30
3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	35
3.1 A intersecção entre raça, classe e gênero na Assistência Social	42
3.2 Racismo estrutural e público majoritário atendido pela Assistência Social	46
3.3 Contextualizando o cenário da Assistência Social em Porto Seguro	50
4. A EDUCAÇÃO PERMANENTE NOS PROCESSOS FORMATIVOS SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL	57
4.1 Documentos e orientações técnicas da Assistência Social no campo das relações étnico-raciais	63
5. A PESQUISA-AÇÃO REALIZADA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PORTO SEGURO: ANÁLISE E RESULTADOS	65
5.1 Percepções (iniciais) das (os) técnicas (os) da Assistência Social em Porto Seguro	66
5.2 Rodas de conversa: o percurso metodológico da construção de um Caderno formativo	78
5.3 O produto educacional da pesquisa: “Entre Frutos Colhidos e Novas Sementes: Rodas de Conversa, uma Proposta Interseccional de Enfrentamento ao Racismo na Assistência Social” - conteúdo e proposta de socialização	81
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE	92
ANEXO	98

1. APRESENTAÇÃO

A presente dissertação de mestrado profissional, desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) desde 2021, visou investigar a relação entre raça, classe, gênero e processos formativos das (os) profissionais da assistência social no que se refere a esta política pública no município de Porto Seguro e as relações étnico-raciais no território¹. A pesquisa intitulada Raça, Classe, Gênero e Educação Permanente na assistência social em Porto Seguro nasceu de inquietações profissionais e acadêmicas, dada a minha inserção como assistente social neste município há dez anos e o desejo de contribuir com o debate racial e o enfrentamento ao racismo na assistência social, razão pela qual se propôs um caderno formativo sobre o tema como produto educacional final da investigação, dadas as exigências do mestrado profissional. Assim, como desdobramento, e de forma interdisciplinar, esta pesquisa procurou entender como as (os) técnicas (os) que atuam nas unidades da assistência social de Porto Seguro percebem a relação entre as categorias supracitadas. Ressalta-se que a presente pesquisa foi realizada concomitantemente à minha atuação profissional, pois não foi possível contar com afastamento das atividades profissionais.

É Importante salientar que a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS/Porto Seguro) desenvolve ações com foco principal nas populações indígenas, considerando suas singularidades e contexto local e, além destas populações serem referenciadas pela unidade da política de assistência mais próxima às respectivas localidades/comunidades indígenas, com os atendimentos postos à população no geral, também são realizadas ações específicas planejadas em reuniões periódicas com participação de lideranças

¹ “Destaca-se que território não se restringe à delimitação espacial. Constitui um espaço humano, habitado. Ou seja, o território não é somente uma porção específica de terra, mas uma localidade marcada pelas pessoas que ali vivem. É nos espaços coletivos que se expressam a solidariedade, a extensão das relações familiares para além da consanguinidade, o fortalecimento da cumplicidade de vizinhança e o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade. O conceito de território, então, abrange as relações de reconhecimento, afetividade e identidade entre os indivíduos que compartilham a vida em determinada localidade”. (BRASIL, 2009, p. 13)

indígenas e trabalhadoras (es) da assistência social e demais políticas públicas onde são identificadas as principais demandas das comunidades indígenas e elaboradas estratégias coletivas de intervenção . Desta forma, a presente pesquisa elegeu como foco a população negra, considerando que não foram identificados debates e ações neste sentido, como as que ocorrem referentes às populações indígenas.

Contextualizando a pesquisa no âmbito do PPGER, vale destacar que este Programa destina-se à formação continuada de professores das diversas áreas do conhecimento em exercício da docência na Educação Básica, bem como de profissionais inseridos em outros espaços formais e não formais de ensino. Desta forma, a presente pesquisa relaciona-se com a proposta do PPGER, considerando que as unidades de atendimento pertencentes à assistência social municipal constituem-se também como espaços educativos não formais de fomento à prática da cidadania, além de conter uma área de educação permanente para seus profissionais.

Nesse sentido, destaco que a pesquisa contou com o apoio do Setor de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social de Porto Seguro, que no ano de 2021 realizou levantamento com as (os) técnicas (os) de todas as unidades de atendimento da assistência social no município sobre os temas de maior interesse para a elaboração do plano de processos formativos a serem executados pelo referido Setor. A temática do racismo foi um dos temas destacados pelas (os) profissionais e, deste modo, em meados de 2021 fui convidado pela coordenação do Setor de Educação Permanente para participar como elaborador e mediador de prospectivos processos formativos referentes às relações étnico-raciais, considerando minha inserção no PPGER e o tema que escolhi para pesquisa de mestrado, ao lado da proposta de produto final.

Somado a isto, busquei ainda o apoio de outros setores da Secretaria de Assistência Social municipal, notadamente da atual Superintendência de Promoção da Igualdade Racial e do Conselho Municipal de Igualdade Racial de Porto Seguro, para fortalecer as ações previstas nesta pesquisa, que visaram promover momentos continuados de estudo, reflexões e análise crítica acerca

da correlação entre as relações étnico-raciais e as desigualdades sociais enfrentadas pela população negra, incluindo-se a futura socialização do produto. No entanto, essa articulação não aconteceu, pois não houve respostas às solicitações de apoio, por parte desses setores.

Em relação à delimitação temática é importante salientar que a Constituição Federal de 1988 define assistência social como política pública destinada aos que dela necessitarem, independentemente de contribuição à seguridade social, em seu artigo 203 (BRASIL, 1988). Conforme o texto constitucional, essa política tem como objetivos: proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice; amparar crianças e adolescentes carentes; promover a integração ao mercado de trabalho; promover a integração das pessoas com deficiência à vida comunitária; garantir o salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; bem como, reduzir a vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2011, demonstram que a maior parte do público atendido pela Assistência Social no país é constituído por mulheres negras, assim como dados do Cadastro Único² de 2018 apontam que entre as quase 14 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, mais de 90% dos responsáveis familiares são mulheres e, dentre este número, 75% são mulheres negras.

Diante desse cenário e levando em conta minha inserção e experiência profissional como assistente social atuante em equipamentos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Porto Seguro, sendo quatro anos na função de coordenador e seis anos atuando como técnico, de forma empírica foi perceptível a ausência de debate crítico e de formação

² “O programa da Secretaria Nacional do Cadastro Único (SECAD) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras”. (BRASIL, 2022).

acerca das relações étnico-raciais no âmbito das equipes nos serviços ofertados pela assistência social municipal. O referido tema é abordado apenas durante campanhas no mês de novembro³, porém, de forma pontual, sem análise contínua e reflexão crítica sobre a história e a situação atual da população negra, que é o público majoritário do território e atendido pela assistência social.

No que se refere aos marcos teóricos e referenciais, com o objetivo de promover debates continuados sobre a intersecção entre raça, classe e gênero enquanto aspecto predominante entre as (os) usuárias (os) dos serviços ofertados pela assistência social em Porto Seguro, foram mobilizados os seguintes conceitos: raça, racismo, classe e gênero sob a ótica da interseccionalidade e da categoria denominada Maioria Minorizada (SANTOS, 2020). Enquanto ferramenta de prática e análise crítica, a interseccionalidade investiga como as relações de poder “influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade [...] considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente.” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 16). Ao lado da categoria Maioria Minorizada, como “o grupo social majoritariamente formado por pretos e pardos (negros) conforme categorização do IBGE, que, conquanto conformem a maioria demográfica da população brasileira, é minoria em termos de acesso a direitos” (SANTOS, 2020, p. 23), entendemos que será possível abordar o tema sob um prisma crítico.

Metodologicamente, esta pesquisa caracterizou-se como qualitativa, interdisciplinar e aplicada, sustentada no método da pesquisa-ação, que de acordo com Thiollent (1986, p. 07) “além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem sempre se encontra em propostas de pesquisa participante”. Para tanto,

³ No dia 20 de novembro é celebrado no Brasil o Dia Nacional da Consciência Negra, de acordo com a Lei 12.519/2011, data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares, sendo este mês comumente utilizado pelos equipamentos da assistência social - e de outras políticas públicas - para realização de campanhas, palestras, entre outras atividades que visam falar sobre o racismo. No entanto, em geral, não há debate sobre o tema de forma permanente ao longo do ano.

apoiou-se em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com a utilização de questionário virtual com as (os) participantes da pesquisa – técnicas (os) de nível superior⁴ (profissionais da assistência social, psicologia, direito, pedagogia ou outra formação compatível com a intervenção social realizada) das unidades de atendimento da assistência social do município, no intuito de conhecer as suas percepções sobre racismo, intersecção entre raça, classe e gênero e de que forma desenvolvem atividades relacionadas a estes temas no cotidiano do trabalho. Ademais, promoveu a realização de rodas de conversa voltadas à elaboração do produto final educacional.

O problema da pesquisa se relacionou à necessidade de realização de processos formativos permanentes acerca das relações raciais na assistência social do município de Porto Seguro, considerando-se, principalmente, que o público predominante atendido pela política é constituído pela população negra, como indicam os dados citados acima. Assim, a questão que orientou a presente pesquisa é: a relação entre raça, classe e gênero no âmbito da assistência social de Porto Seguro é considerada na atuação das (os) suas (eus) profissionais? Como desdobramento, procurou-se investigar: de que maneira os processos formativos sobre relações étnico-raciais das (os) profissionais da assistência social municipal pode provocar transformações na política de assistência social em que concerne à população negra em Porto Seguro?

A hipótese desta pesquisa concatenou-se à percepção em torno da carência de oferta de processos formativos continuados que tematizam a relação entre raça, classe e gênero no âmbito municipal da assistência social em Porto Seguro e/ou ausência de requisição destes processos formativos por parte das equipes atuantes nesta política pública no município. Entendeu-se

⁴ “As categorias profissionais estabelecidas nesta norma para a composição das equipes de referência da proteção social básica considerou, entre outros fatores, as profissões regulamentadas em lei. Outro fator considerado foi a existência de Conselho Profissional, responsável pela fiscalização do exercício profissional, das condições de trabalho e do cumprimento do respectivo código de ética profissional”. (BRASIL, 2012, p. 30). Além de Assistente Social e Psicólogo “Poderão compor a equipe: pedagogo, sociólogo, antropólogo ou outro profissional com formação compatível com a intervenção social realizada” (BRASIL, 2009, p. 61).

que tal formação local é fundamental para a compreensão crítica e contextualizada das relações étnico-raciais face à política de assistência social e para a qualificação profissional e de atuação na área, que passa por conhecimentos de diferentes áreas e pelo necessário debate e enfrentamento ao racismo.

Diante disso, como objetivo geral, a presente pesquisa visou analisar a relação entre raça, classe e gênero, enquanto aspectos predominantes entre as (os) usuárias (os) dos serviços ofertados pela assistência social em Porto Seguro e que devem compor processos de educação permanente das (os) profissionais. Como objetivos específicos, pretendeu discutir as relações étnico-raciais com foco na assistência social e na educação permanente das (os) técnicas (os) a partir da mobilização, principalmente, de autoras (es) negras (os), conhecer as percepções das (os) técnicas (os) da Assistência Social do município de Porto Seguro sobre racismo, raça, classe e gênero em seu trabalho cotidiano, identificar a necessidade e interesse formativo sobre o tema, além de construir, de forma coletiva com técnicas (os) da assistência social em Porto Seguro, um caderno formativo virtual que aborda temas e conceitos afetos às relações étnico-raciais em diálogo com a política de assistência social.

Contextualizando a justificativa da pesquisa, saliento que no cotidiano profissional na assistência social em Porto Seguro é perceptível a ausência de análise crítica sobre relações étnico-raciais, gerando inquietação, pois o referido tema era abordado somente durante o mês de novembro, quando se realizam campanhas com o título “Novembro Negro”. É importante salientar que tal campanha se materializa com a realização de atividades pontuais, como momentos culturais, registro fotográfico e outras atividades que não consideram a historicidade do racismo no Brasil e, conseqüentemente, não promovem reflexão crítica sobre o tema.

No ano de (2017) o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou a campanha “Assistentes Sociais Contra o Racismo”, cujo tema foi aprovado de forma coletiva no 46º Encontro Nacional CFESS-CRESS, também em 2017, em Brasília (DF). Neste ano, a presidente do CFESS destacou o contexto

mundial de barbarização da vida social sob o capitalismo e o ressurgimento de des-valores aparentemente superados, no qual esse contexto configurou-se um solo fértil para revigoração do conservadorismo em diversos espaços sociais, tornando o racismo tema central para debate e criação de propostas de enfrentamento para muito além de uma campanha, mas de uma convocação à categoria profissional de assistentes sociais. A referida campanha utilizou diversos recursos para sua divulgação, como um selo para identidade visual, *hotsite* exclusivo (www.servicosocialcontraracismo.com.br), vídeos virais, *spots* de rádio, *bottons*, *banners*, agenda Assistente Social 2019 com o tema da campanha, 2º Seminário de Direitos Humanos (Salvador, 2019), entre outras ações de divulgação e articulação sobre o tema. No entanto, mesmo com a massiva divulgação realizada pelo conjunto CFESS/CRESS no período de 2017 a 2020, não houve maiores ações da campanha “Assistentes Sociais Contra o Racismo” no município de Porto Seguro, pois embora as unidades tenham recebido cartazes com o tema da campanha para fixação e divulgação, não houve realização de trabalho focado no tema com profissionais e nem usuárias (os) da política pública de assistência social no município.

Foi perceptível, assim, o fato de que a Campanha “Assistentes Sociais Contra o Racismo”, iniciativa pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) não foi devidamente absorvida pela política pública de assistência social em Porto Seguro, que é composta por outras categorias profissionais e que, diante da importância do tema, poderiam ter aderido e efetivado a referida campanha em âmbito municipal.

Diante do exposto, constituiu-se a presente dissertação, que está organizada textualmente em quatro capítulos, além desta apresentação. Assim, seus próximos tópicos são os seguintes: memorial acadêmico-profissional, caminhos metodológicos, capítulo sobre a política de assistência social no Brasil e as relações étnico-raciais, a educação permanente nos processos formativos sobre as relações étnico-raciais na Assistência Social, a pesquisa realizada na Assistência Social em Porto Seguro: Análise e Resultados, Considerações Finais, seguido de Referências, Apêndice e Anexo.

O memorial acadêmico-profissional, a seguir, apresenta um breve relato histórico da minha formação e atuação profissional, elencando aspectos pessoais, acadêmicos e profissionais que serviram de base para a elaboração da proposta de pesquisa junto ao PPGER.

1.1 Memorial acadêmico-profissional: vivências e papel do pesquisador

Sou natural de Teófilo Otoni (MG) e terceiro dos quatro filhos do casal Manuelina Passos Dutra (dona de casa) e Afrânio Costa Dutra (soldador, *In Memoriam*), família de origem humilde, cujos genitores tiveram pouquíssimo acesso à educação, mas sempre incentivaram e contribuíram para que os filhos continuassem estudando. Oriundo de família constituída por pessoas pretas e pardas (negras), me autodeclaro um homem pardo, em conformidade com a categorização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Iniciei o processo de alfabetização na Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima, cursei o ensino fundamental na Escola Municipal Sidônio Otoni e em 1998 conclui o Ensino Médio na Escola Estadual Clotilde Onofri de Campos, mas por não possuir condições financeiras para arcar com os custos de uma Faculdade particular ou me mudar para outro município para estudar em Universidade Pública, comecei a trabalhar no comércio local e fiquei afastado das unidades de ensino por nove anos.

No ano de 2006 houve a implantação de um campus da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) em Teófilo Otoni e no primeiro semestre de 2007 realizei um curso pré-vestibular municipal gratuito ofertado pela prefeitura municipal, o qual foi muito relevante para me reconectar aos estudos. No segundo semestre de 2007 consegui ingressar no Curso de Serviço Social/UFVJM através da realização de vestibular, concluindo a graduação em 2011, o qual me proporcionou uma formação sólida e construção de um pensamento crítico e propositivo sobre as realidades sociais. Em busca de emprego na área de formação, me mudei para o município de Eunápolis (BA) no ano seguinte, porém, só consegui iniciar minha trajetória profissional em 2013 através de processo seletivo simplificado da Prefeitura

Municipal de Porto Seguro. Fui designado para trabalhar no CRAS Arraial d'Ajuda, onde permaneci por 06 (seis) anos tendo que realizar um traslado entre o município de Eunápolis e o Distrito de Arraial d'Ajuda com distância de aproximadamente 140 quilômetros por dia para ir e voltar do trabalho.

Durante os anos iniciais trabalhados na Assistência Social de Porto Seguro a ausência de discussão acerca das relações étnico-raciais me provocou inquietação, pois esta temática era abordada apenas durante as campanhas realizadas no mês de novembro, com realização de atividades pontuais, como momentos culturais, registro fotográfico e outras atividades sem reflexão crítica sobre o racismo e seus negativos impactos na formação sócio-histórica do Brasil.

Conclui pós-graduação em Serviços Sociais e Políticas Públicas pela Faculdade Cidade Verde (EAD - Maringá) em abril de 2018 e no segundo semestre do mesmo ano ingressei como aluno especial no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais - PGER da UFSB (*Campus* Porto Seguro) no intuito de adquirir conhecimentos sobre as relações étnico-raciais e ser um possível multiplicador dos mesmos no âmbito do trabalho como assistente social. Nesta ocasião cursei o componente curricular “Educação, Diferença e Alteridade: Contribuições da Herança Intelectual Negra”, ministrado pelo professor Dr. Richard Santos e pela professora Dra. Maria do Carmo Rebouças, cujos conhecimentos fizeram germinar em mim aquela semente da inquietude, transformando-a em um sonho de apreender novos conhecimentos que servirão de base para uma atuação profissional antirracista. O referido componente curricular proporcionou conhecer obras de diversas (os) autoras (es) negras (os), como Lélia Gonzalez que trata sobre a relação entre racismo e sexismo na cultura brasileira, bem como os violentos impactos que tal relação produz sobre a mulher negra. Outra obra trabalhada e de extrema relevância para construção de um conhecimento antirracista foi “Crítica da Razão Negra”, de Achille Mbembe, que traz uma análise crítica da categoria raça enquanto construção social útil aos interesses da branquitude. Essas e outras obras de intelectuais negras (os), como Rosane da Silva Borges, Clóvis Moura e bell hooks foram essenciais para um amadurecimento enquanto pesquisador das relações étnico-raciais.

Em julho de 2019 concluí uma nova pós-graduação em Direitos Sociais e Assistente Social pela Faculdade de Paraíso do Norte (EAD) - Paraíso do Norte). Neste ano não pude concorrer à seleção para aluno regular do PPGER, pois necessitei focar nos estudos para concorrer ao concurso público da Prefeitura de Porto Seguro, uma vez que necessitava sair do vínculo precarizado de trabalho, no qual me encontrava desde que comecei a trabalhar como assistente social. Mesmo não concorrendo à seleção do PPGER em 2019, continuei a fazer leituras e pesquisas bibliográficas, em especial de autoras (es) negras (os) estudados durante o quadrimestre de 2018 no qual fui aluno especial, que me possibilitaram realizar a escrita preliminar de um projeto de intervenção para os futuros processos seletivos do PPGER/UFSB. Todo esforço e dedicação empenhados foram recompensados com a aprovação no referido Concurso Público, no qual tomei posse em maio de 2020.

No segundo semestre de 2020 me inscrevi e fui selecionado para o curso preparatório “Enegrecendo a Academia”, ofertado pelo Coletivo Dandaras da UFSB. O curso me designou a mestranda Sra. Mirian Santos Lima (mestranda do PPGER/UFSB, Campus Jorge Amado) como orientadora e todas as aulas do curso, bem como a revisão atenta realizada pela companheira Mirian, foram fundamentais para a aprovação no processo seletivo do PPGER, Campus Sosígenes Costa/Porto Seguro realizado em 2020.

Retornei ao PPGER como aluno regular no início de 2021 e cursei o componente curricular “Fundamentos dos Processos de Ensino-Aprendizagem nas Relações Étnico-Raciais”, ministrado pela professora Dra. Eliana Póvoas que através da tese de Cristiane Maria Marinho, intitulada “A filosofia da diferença de Gilles Deleuze na filosofia da educação no Brasil”, trouxe um resgate histórico da educação brasileira, analisando as contribuições de teóricos como, Anísio Teixeira, Paulo Freire e Dermeval Saviani para o desenvolvimento da educação em nosso país. Este conteúdo estudado contribuiu de forma inovadora para minha formação acadêmico-profissional, me provocou reflexões totalmente novas, trouxe uma visão muito mais ampliada dos processos de ensino-aprendizagem sob uma perspectiva rizomática, dialógica, disposta a rever conceitos e que reconhece a diferença como elemento fundamental para criação do novo.

Outro componente curricular cursado foi “Laboratório do Pensamento Negro Contemporâneo - Tópicos Avançados em Conhecimentos e Saberes da Maioria Minorizada”, ministrado pelo professor Dr. Richard Santos, autor do dispositivo analítico de racialidade intitulado “Maioria Minorizada”. O estudo de intelectuais como Abdias Nascimento, Stuart Hall, Amílcar Cabral, Elisa Larkin, Guerreiro Ramos e Kimberlé Crenshaw, possibilitaram melhor compreensão histórica do racismo, realizando análises das suas variadas estratégias de perpetuação, que se intersecciona com outras categorias analíticas, como gênero, raça e classe. Desta forma, este componente foi de fundamental importância para pensar em uma epistemologia não eurocêntrica, reconhecer a contribuição intelectual negra, percebendo a educação formal e não formal como um campo de ação política para desconstrução do colonialismo, reconhecimento e valorização dos movimentos sociais, culturais e de resistência, além do empoderamento das classes historicamente subalternizadas.

O componente curricular “Políticas Públicas e Relações Raciais” ministrado pelo professor Dr. Richard Santos, possibilitou conhecer importantes autoras (es), a exemplo de Muniz Sodré, Ingrid Robyn, Jurema Werneck, Petrônio Domingues e Rosângela Pereira de Tugny. Outro texto interessante utilizado neste componente curricular foi “O Combate ao Racismo e à Desigualdade: o Desafio das Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial”, de Luciana Jaccoud (2008), que auxiliou na reflexão sobre a importância da inclusão das temáticas sobre raça, gênero, sexualidade e classe social nas diversas Políticas Públicas. O texto aborda tais categorias nas Políticas Públicas de Saúde e Educação, mas nem ao menos cita a Assistência Social e tal falta de debate fomentou minha inquietação com a ausência de análises da categoria raça na política municipal de assistência social, bem como a intersecção da mesma com as categorias gênero e classe, enquanto aspecto predominante entre as (os) usuárias (os) dos serviços socioassistenciais.

No segundo semestre de 2021 fui convidado pela minha orientadora, a professora Dra. Carolina Bessa Ferreira de Oliveira para participar da equipe de organização do Projeto de Extensão “Formação Conjunta em Fundamentos

Constitucionais, Legislativos e Políticas Públicas Participativas”, uma parceria entre a UFSB e a Câmara Municipal de Porto Seguro. A participação neste projeto de extensão voltado à comunidade, me proporcionou vivenciar processos de ensino-aprendizagem de forma dialógica e participativa, reforçando a relevância da participação social na elaboração, criação, implementação e avaliação das Políticas Públicas, bem como reforçou a importância dos espaços de controle social, a exemplo dos Conselhos Municipais.

A Política Pública de Assistência Social, não contributiva e para quem dela necessitar, tem como público majoritário a população negra, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011), fato perceptível no cotidiano profissional. A ausência de debate reflexivo e crítico acerca das relações étnico-raciais no âmbito da Assistência Social foi o pontapé inicial para definir o tema de pesquisa, a saber, “Raça, Classe, Gênero e Educação Permanente na Assistência Social em Porto Seguro”.

Percebo minha trajetória como mais uma evidência da importância do ensino público, gratuito e de qualidade na formação acadêmica e profissional da população parda/negra, que sofre processos de exclusão social oriundos do racismo e como os espaços de educação formais e não formais podem ser transformadores de realidades sociais.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

2.1 Dos procedimentos da pesquisa

A pesquisa realizada possui abordagem qualitativa e caracteriza-se como interdisciplinar e participante, além de aplicada, sustentada no método da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1986). Os métodos adotados na presente pesquisa apoiam-se na abordagem qualitativa para a busca da compreensão dos fenômenos sociais estudados. De acordo com Minayo (2009), ao tecer considerações sobre a investigação social, a pesquisa qualitativa se direciona a compreender as relações e os fenômenos sociais que não são alcançados através da análise de variáveis delimitadas numericamente, como os significados e ações. Nesta perspectiva, o cientista/pesquisador é partícipe da pesquisa, de forma que seja possível a compreensão das dinâmicas sociais em que está inserido (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Em relação à natureza da presente pesquisa, caracteriza-se como aplicada, uma vez que se dedica a identificar problemáticas para a formulação de procedimentos e conhecimentos a serem aplicados como resoluções possíveis para as demandas dos grupos, instituições e atores sociais envolvidos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

No que se refere aos objetivos, essa investigação pode ser classificada como uma pesquisa exploratória, pois visa aprofundar hipóteses e conhecimentos sobre dado tema e realidade e, ainda, considerando que há relativa flexibilidade em seu planejamento para contemplar os diferentes aspectos do fenômeno estudado.

Acerca dos procedimentos metodológicos, a pesquisa consiste em uma pesquisa-ação, cuja base é empírica e a partir da qual se objetiva transformar uma dada realidade a partir da compreensão e conhecimento dos constituintes da pesquisa, de forma que o pesquisador possui uma atuação ativa e participante, de maneira colaborativa com o coletivo e demais sujeitos da pesquisa envolvidos, e não apenas observador. Segundo Thiollent (1986, p. 7) “a pesquisa-ação, além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem sempre se encontra em propostas de pesquisa participante”.

Ainda sobre a definição de pesquisa-ação, de acordo com THIOLENT (1986):

“A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLENT, 1986, p. 14)”.

Tal definição demonstra uma congruência com a metodologia adotada para esta pesquisa e intervenção que se efetiva com o apoio do Setor de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social e de maneira dialógica e participativa com as (os) técnicas (os) atuantes nas unidades de atendimento da assistência social em Porto Seguro.

Para tanto, visando perpassar aspectos de diagnóstico, plano de ação e implementação da pesquisa-ação, a metodologia organizou-se em quatro principais procedimentos: (i) Levantamento bibliográfico e documental no campo estudado; (ii) Levantamento empírico inicial por meio de questionário virtual; (iii) Planejamento e realização das rodas de conversa (intervenção), cujo espaço formativo, coletivo e dialogal foi balizador da construção do produto educacional final - caderno formativo; (iv) Elaboração e socialização do produto final.

A pesquisa bibliográfica e documental apresenta-se como fundamental para conhecer as produções previamente existentes de dada área do conhecimento ou tema de pesquisa, assim como as normativas e diretrizes vigentes sobre a temática pesquisada. Nesse sentido, esse procedimento se realizou de forma gradual ao longo do cronograma da pesquisa entre 2021 e 2022.

Foram realizadas buscas nas seguintes bases e repositórios: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES) e Google Acadêmico. Para tanto, foram consideradas as seguintes palavras-chave: raça, classe, gênero e assistência social, pesquisadas em produções acadêmicas constantes nos últimos dez anos (entre 2013 e 2023), que continham tais expressões em pelo menos um dos campos da base de dados. Optou-se por pesquisar as palavras-chave em um

espaço temporal de uma década no intuito de encontrar debates mais atuais sobre o tema, bem como considerando-se minha atuação profissional nesse intervalo de tempo como profissional assistente social - quando pude acompanhar de perto o trabalho na área e dado o caráter participante da pesquisa -, além das campanhas e combate ao racismo na área realizadas a partir de 2014 pelo CFESS.

A seguir, estão elencadas no Quadro 1 as dez produções identificadas. Destaca-se que houve dificuldades em encontrar trabalhos que tematizam especificamente as relações raciais no âmbito da assistência social municipal.

Quadro 1. Levantamento preliminar bibliográfico

TÍTULO	AUTORIA	REPOSITÓRIO	TIPO E ANO DA DEFESA
UM NÓ ESCAMOTEADO: A DIMENSÃO SUBJETIVA DA DESIGUALDADE SOCIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Beatriz Borges Brambilla	BDTD	Tese/2019
ESCREVIVÊNCIAS SOBRE MULHERES NEGRAS ACOMPANHADAS PELA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL	Lissandra Vieira Soares	BDTD	Dissertação/ 2017
SERVIÇO SOCIAL, CLASSE, GÊNERO E RAÇA: TENDÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS E AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA UNITÁRIA	Rayane Noronha Oliveira	CAPES	Tese/2021
ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ENLACE ENTRE A COR E O GÊNERO DOS (AS) QUE DELA NECESSITAM: ANÁLISE SOBRE	Gracyelle Costa Ferreira	CAPES	Dissertação/ 2016

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS			
GÊNERO, RAÇA E CLASSE: DA DESIGUALDADE À DEMOCRACIA DO CUIDADO	Fernanda Ferreira Mota	CAPES	Tese/2018
A INTERSECCIONALIDADE E OS MARCADORES SOCIAIS DE RAÇA CLASSE E GÊNERO NAS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PROFISSIONAIS E USUÁRIOS DE CENTROS DE REFERÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE	Glauber Viana Pereira	Google Acadêmico	Dissertação/2020
A (IN)VISIBILIDADE DE GÊNERO E RAÇA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ESTUDO DE CASO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Priscilla Maia de Andrade, Lucélia Luiz Pereira	Google Acadêmico	Artigo/2019
SOMOS A MESMAS E VIVEMOS COMO NOSSAS MÃES: GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL, MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES, DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL	Silvânia Santos Graciano, Abigail Marinho dos Santos, Sebastiana Inês Egídio Neves, Maria Isabel de Assis	Google Acadêmico	Artigo/2018
AS INTERFACES ENTRE AS RELAÇÕES DE RAÇA E CLASSE PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	Thais Figueiredo da Cruz	Google Acadêmico	Artigo/2021
CLASSE, RAÇA E GÊNERO NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	Carolina Quemel Nogueira Pinto	Google Acadêmico	TCC/2020

Fonte: elaborado pelo autor com informações dos repositórios.

Entre as produções acadêmicas listadas no quadro acima, algumas dialogam mais diretamente com esta pesquisa por tratar das categorias, raça,

classe e gênero tratando a temática não apenas sob a ótica do serviço social, mas considerando a política pública de assistência social. Neste sentido, duas produções acadêmicas ganham destaque: “Assistência Social, no Enlace entre a Cor e o Gênero dos (as) que dela Necessitam: Análise sobre as Relações Étnico-Raciais e de Gênero no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS”, no qual a autora Gracyelle Costa Ferreira (2016) destaca que a classe é um marcador muito bem definido na política pública de assistência social, enquanto as categorias raça e gênero necessitam de maior destaque e análise. A outra dissertação que coaduna com esta pesquisa é “A Interseccionalidade e os Marcadores Sociais de Raça, Classe e Gênero nas Concepções e Práticas de Profissionais e Usuários de Centros de Referência de Assistência Social do Município de Belo Horizonte”, pois o autor Glauber Viana Pereira (2020) destaca a intersecção entre as categorias raça, classe e gênero com foco no fazer profissional das diferentes categorias que atuam na assistência social.

No âmbito da pesquisa documental, destacam-se as campanhas do Conselho Federal de Serviço Social, “Assistente social no combate ao preconceito. 3. racismo (Gestão 2014-2017)” e “Campanha Serviço social no combate ao racismo (Gestão 2017-2020)”, que ao mesmo tempo em que abordam a temática das relações sociais e produziram materiais que podem e devem ser utilizados nos processos formativos e foram bastante úteis para esta pesquisa, chama a atenção para a necessidade de ampliar este debate para as diferentes categorias profissionais que a política pública de assistência social comporta.

Ainda em relação à pesquisa documental, entende-se que devem ser consideradas as legislações, atos normativos, diretrizes e cadernos de orientação técnica da área. Listamos os principais documentos e marcos legais que, nesse sentido, contribuíram com a pesquisa:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor;
- Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social;

- Código de Ética dos Profissionais de Assistência Social. 1993.
- Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, 2009;
- Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e Norma Operacional Básica - NOB/SUAS/2005;
- Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial;
- Caderno de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, 2011;
- Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, 2012;
- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2014;
- Conselho Federal de Serviço Social. Série Assistente social no combate ao preconceito. 3. racismo (Gestão 2014-2017), 2016;
- Campanha Serviço social no combate ao racismo. Campanha do CFESS , gestão 2017-2020, 2020;
- Cartilha SUAS Sem Racismo: Promoção da Igualdade Racial no Sistema Único de Assistência Social, 2018.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, assegura os direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, entretanto, na prática o Estado não cumpre efetivamente o seu papel de promoção de justiça e equidade social. Em seu artigo 203 estabelece que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, entretanto, os objetivos prescritos nos incisos I, II, III, IV e V estão cada vez mais distantes de concretização, bem como a precarização das unidades de atendimento da assistência social. Um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. E rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio de repúdio ao

terrorismo e ao racismo. Mas ainda não promoveu de fato justiça social, nem resolveu as desigualdades sociais e raciais.

A campanha “Assistente Social no Combate ao Preconceito” elaborada pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (Gestão 2014-2017), produziu uma série de cadernos formativos sobre o combate ao preconceito e um deles, com foco no enfrentamento ao racismo. O CFESS (gestão 2017-2020) realizou a campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, também tomando como público alvo, os profissionais do Serviço Social para serem possíveis multiplicadores nos seus espaços de trabalho.

Empiricamente, como mencionado anteriormente, foi perceptível que não houve real aproveitamento destes materiais no âmbito da assistência social em Porto Seguro, possivelmente pelo fato do material focar na atuação do assistente social e não na política pública de assistência social e demais políticas públicas, que são executadas também por outras categorias profissionais. Desta forma, uma estratégia para a possível efetivação de campanhas de enfrentamento ao racismo seria inserir propostas de inclusão das demais categorias profissionais nos materiais produzidos para promoção do enfrentamento ao racismo ou até mesmo parceria com os conselhos das diferentes categorias profissionais na (re)construção de tais materiais educativos.

2.2 O viés interseccional crítico como práxis e ferramenta de análise

De acordo com COLLINS; BILGE (2021), a interseccionalidade utilizada como uma maneira de práxis crítica diz respeito à forma pelas quais as pessoas ou grupos produzem, recorrem ou usam, no dia a dia, as estruturas interseccionais. As autoras destacam que a investigação e a práxis críticas são centrais para o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica. Com isso, “quando usada como uma forma de práxis crítica, a interseccionalidade se refere às maneiras pelas quais as pessoas, como indivíduos ou parte de um grupo, produzem, recorrem ou aplicam estruturas interseccionais na vida cotidiana” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 51).

Neste sentido, optou-se pelo olhar interseccional de raça, classe e gênero para melhor entendimento das categorias e mecanismos que retroalimentam o racismo e suas relações de poder, além de possibilitar planejar intervenções pautadas em uma visão antirracista e de enfrentamento às desigualdades sociais experienciadas de forma mais acirrada pela população negra.

De acordo com COLLINS; BILGE (2021) no que tange à interseccionalidade, há uma coesão entre investigação e práxis capaz de gerar novos e relevantes conhecimentos e práticas. Desta forma, os planos e ações no âmbito da assistência social precisam analisar não apenas os diferentes aspectos da população atendida, mas como tais aspectos se relacionam produzindo mecanismos para manutenção do racismo e, assim, construir estratégias que aliem teoria e prática na perspectiva de uma atuação verdadeiramente antirracista.

Nessa perspectiva, o racismo é entendido como estrutural, corroborando com Almeida (2018), ou seja, o racismo estrutura a sociedade em seus diversos aspectos: políticos, econômicos, jurídicos, administrativos, midiáticos e culturais. Na dimensão da micropolítica, campo de forças que produzem afetos, realidades e desejos, os saberes, o corpo e o endereço de pessoas negras no Brasil continuam em situação de subordinação e subalternização. No cabo de força das relações de poder, apesar de alguns avanços, como a política de cotas, que há vinte anos tem povoado as universidades públicas, federais e estaduais de pessoas pretas e pardas; o aparato jurídico-administrativo com seus dispositivos legais aliada a vigília e a punição policial continua penalizando, torturando e assassinando corpos negros; basta uma olhar atento para as evidências do encarceramento em massa da população negra desse país para constatar que a maioria de presos são pessoas negras - Essa política da morte que deixa viver e deixa morrer, Mbemb (2020) conceituou necropolítica, que explica o fenômeno que penaliza e assassina negros (as) e beneficia pessoas brancas. Na dimensão da mídia, comunicação e cultura, a branquitude ocupa espaço proeminente, que se estende a presença de pessoas brancas nesses espaços e seus valores, costumes, epistemologias e manifestações culturais e artísticas que reforçam a

estética da branquitude, embora cultura, epistemologias e estéticas negras têm entrado na pauta da programação dos canais de comunicação e nos circuitos de manifestações artísticas, mesmo que para atender aos interesses do *mainstream*.

Ter na radiodifusão pública um corpo estranho não causa espanto numa população majoritariamente consumidora, em primeiro lugar, do rádio comercial e, depois, da TV comercial. Como aponta Brym (2010), os meios de comunicação de massa são fundamentais para a construção do imaginário social na era industrial e pós-industrial, conectando o mundo e construindo necessidades de consumo, facilitando o acesso aos serviços públicos e proporcionando aumento de capital aos investidores. (SANTOS, 2018, p. 2)

Para além de um entendimento de que as relações étnico-raciais hierarquizadas, que exclui a maioria e privilegia a minoria é resultado de racismo estrutural, não se pode escusar de que o racismo tem que ser analisado por um viés interseccional. Racismo, classe e gênero, enquanto categorias analíticas para problematizar as relações étnico-raciais a partir do recorte que se propõe esta dissertação, são conceitos indissociáveis, ou seja, não há como abordá-los separadamente. As populações negras pertencentes aos estratos socioeconômicos desprovidos de recursos financeiros não possuem condições materiais para uma vida digna. O racismo que informa a classe, por consequência, também informa o nível de educação formal, bem como os seus desdobramentos: dificuldades de acesso, de permanência e de aprendizagem, reprovações e êxodo escolar; as condições de saúde física e mental precarizadas por múltiplos fatores e que não são tratadas em função da falta de cobertura célere e eficiente do Sistema Único de Saúde - SUS, quando não obstante negligenciadas ao serem atendidas; a situação habitacional dessas populações destinadas a territórios periféricos, favelas e alagados, onde o Estado inexistente. Por consequência, as organizações criminosas triunfam, jovens negros e negras são expostos (as) ao fogo cruzado dos criminosos, policiais e milícias. As moradias não possuem saneamento básico, a falta de iluminação e transporte público expõe essas pessoas à insegurança e ao direito de ir e vir. Habitantes de uma geografia vulnerável à criminalidade, ao racismo ambiental e a inexistência de políticas públicas e projetos culturais e educacionais financiados pelo Estado, precisam muitas vezes encontrar rotas

de fuga para escapar da morte. Essas populações procuram refúgio em religiões, em projetos culturais e educacionais fomentados por ONG's e associações comunitárias, entre outras alternativas, uma vez que não são alcançadas pelos mesmos benefícios concedidos às populações de áreas nobres, que acessam bens e serviços privados.

As pessoas negras sofrem racismo porque ainda existe no imaginário coletivo brasileiro a ideia de que pretos (as) são inferiores, fisicamente, intelectualmente, esteticamente, culturalmente e logo se pressupõe que existe um grupo seleto de pessoas superiores em todos esses aspectos. E como a maioria das pessoas negras foram condenadas aos extratos sociais menos abastados economicamente, sofrem duplamente pela classe e pela cor. Para quem advoga que as condições materiais de vida de mais da metade da população brasileira, constituída por pessoas pretas e parda é social e não racial, e que no Brasil não há conflitos raciais a exemplo do que acontece nos Estados Unidos e que aqui vivemos harmoniosamente, se esqueceu de fazer a lição histórica da nossa formação enquanto civilização, forjada na colonização e na escravidão, assim como fazer uma análise profunda das relações étnico-raciais calcadas na violência contra as populações diaspóricas contra os povos originários, no estupro e no genocídio dessas populações que não cessou com o fim da escravidão, mas continua perene em nossas sociedades, autoritárias, arbitrárias e excludentes. No entanto, se o homem negro pobre sobre as consequências da subalternização mais que o homem branco pobre, o que dizer da mulher negra? Sofre duplamente por ser mulher e negra ou sofre triplamente: mulher, negra e pobre.

Lélia Gonzalez (1984) já questionava a ideia perpetrada pelo pacto patriarcal no Movimento Negro de que somente o racismo não explicava a condição de subalternidade que as mulheres negras sofriam, inclusive por seus próprios cônjuges, homens negros, bem como nos círculos da política partidária de inspiração marxista de que a classe não era suficiente para entender a subjugação da mulher negra pelo homem branco, pela mulher branca e pelo próprio homem negro. É a mulher negra que sofre ainda mais o racismo estrutural: são as mulheres negras que ganham menos, contra quem há mais violência obstétrica, que são mais abusadas e estupradas e são a elas

que cabe arcar com o sustento da prole abandonada pelo homem. Essas mulheres são sub-representadas na política, nos meios de comunicação, nas produções culturais de circulação nacional e internacional, nas universidades, nos cursos de pós-graduação.

O racismo é uma das rodas de uma engrenagem que se liga a outras rodas, gênero e classe, todas dentadas ligadas ao eixo, a estrutura, para pôr em circulação o projeto de preconceito, discriminação, invisibilidade, exclusão e genocídio. Dessa forma, entende-se como fundamental a abordagem do racismo e relações raciais no âmbito da assistência social, considerando-se os próprios objetivos dessa política no cenário brasileiro. Este será o tema do próximo capítulo.

3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Como referenciais teóricos, oriundos da pesquisa bibliográfica e da ótica crítica adotada na presente pesquisa, entendemos que há conceitos centrais a serem abordados na presente pesquisa. De forma breve, pontuamos as concepções de Estado, políticas públicas, ao lado das categorias raça, racismo, classe, maioria minorizada e interseccionalidade.

Segundo Hofling (2001) é necessário compreender o conceito de Estado e de política social em especial sob uma ótica marxista e neoliberal para que seja possível entender e avaliar as políticas públicas efetivadas por um governo. Neste sentido, destacou que:

Torna-se importante aqui ressaltar a diferenciação entre Estado e governo. Para se adotar uma compreensão sintética compatível com os objetivos deste texto, é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HOFLING, 2001, p. 31).

Ainda de acordo com Hofling (2001), as políticas sociais fazem parte de um Estado específico, sendo maneiras que este Estado utiliza para interferir nas relações sociais e manter determinadas realidades sociais. Diante do exposto, a autora contextualizou o conceito de políticas sociais, como:

E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (HOFLING, 2001, p. 31).

Para pensarmos no desenvolvimento de políticas sociais e educação permanente no cenário brasileiro é imprescindível levar em consideração a intrínseca relação entre classe e raça e, como historicamente o racismo produziu processos de exclusão social da (o) negra (o). De acordo com Mbembe (2014), do ponto de vista biológico, raça nunca existiu, uma vez que, os seres humanos pertencem à mesma espécie. Deste modo, a categoria raça é tratada nesta pesquisa como definição de um elemento histórico-cultural e político construído socialmente. Mbembe (2014) elencou que historicamente as populações não europeias eram classificadas como raças, numa discriminatória analogia com o mundo animal, determinando um afastamento dessas populações do projeto humanista, criado pela modernidade e, consequentemente, as inferiorizando e dominando.

Antes de mais, a raça não existe enquanto facto natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projecção ideológica cuja função é desviar a atenção de conflitos antigamente entendidos como mais verossímeis – a luta de classes ou luta de sexos, por exemplo (MBEMBE, 2014, p. 26).

No tocante ao conceito de racismo, Elisa Larkin Nascimento (2009) citou a criação teórico-científica construída pela cultura do branco europeu, que tinha como objetivo inferiorizar e escravizar os povos africanos como um modelo proeminente do racismo, nunca antes existido na história da humanidade.

Racismo é a crença na inerente superioridade de uma raça sobre outra. Tal superioridade é concebida tanto no aspecto biológico como na dimensão psicossociocultural - esta é a dimensão usualmente negligenciada ou omitida nas definições tradicionais do racismo (NASCIMENTO, 2009, p. 210).

Os povos ocidentais se utilizaram dos elementos gregários para disseminar uma imagem da população negra associada à ideia de seres primitivos e selvagens, distanciando-a da normalidade da espécie humana. Desta forma, criaram mecanismos para determinar, ao longo da história, a categoria de subalternidade para a (o) negra (o) nos mais variados espaços sociais.

A população negra foi posta estrategicamente em uma condição subalternizada, expropriando-se dela a participação em espaços de tomada de decisões, mesmo aquelas pertinentes à sua própria vida, ampliando assim, o conceito de classe. Desta forma, criou estruturas de poder dominante, no caso, dominação da (o) branca (o) sobre a (o) negra (o) que persistem até o presente tempo, destituindo da população negra o direito de condições iguais de escolha e perspectivas de vida. Assim, explica Rita Mae Brown (1974):

Classe é muito mais do que a definição de Marx sobre a relação com os meios de produção. Classe envolve o comportamento que adotamos, nossos pressupostos básicos sobre a vida. Nossa experiência (determinada por nossa classe) valida esses pressupostos, a forma como somos ensinados a nos comportar, o que esperamos de nós mesmos e dos outros, nosso conceito de futuro, como entendemos os problemas e os resolvemos, como nos sentimos, pensamos, agimos (BROWN, 1974, p. 15 *apud* HOOKS, 2000, p. 196).

Nessa esteira, no que se refere à ferramenta analítica da interseccionalidade, conforme Collins e Bilge (2021), “também nos estimula a repensar o conceito de disparidade de riqueza. Em vez de enxergarmos a disparidade de riqueza como algo desconectado das categorias de raça, gênero, idade e cidadania, a lente interseccional mostra que as diferenças de riqueza refletem sistemas de poder interligados”. As autoras supracitadas ressaltam a importância do conceito de interseccionalidade enquanto ferramenta analítica na análise da desigualdade social:

A interseccionalidade, ao reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social. Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre as várias categorias de poder (COLLINS; BILGE, 2021, p. 34).

Segundo Santos (2020) a população negra constitui uma coletividade subalternizada, uma imagem idealizada e paradigmática dentro de relações ideológicas de alienação e de poder social que destituem negras e negros dos

direitos constitucionais e cuja representação negativa é reforçada pelos diversos veículos de comunicação.

Compreendo como Maioria Minorizada o grupo social majoritariamente formado por pretos e pardos (negros) conforme categorização do IBGE, que, conquanto conformem a maioria demográfica da população brasileira, é minoria em termos de acesso a direitos, serviços públicos, representação política, e, que racializados como seres inferiores, sofrem apagamento identitário, são desidentificados (as), tornando-se, portanto, “minorias” no acesso à cidadania, e “maiorias” em todo processo de espoliação econômica, social e cultural, por fim, as maiorias vítimas de todas as formas de violência (SANTOS, 2020, p. 23).

Toda essa conjuntura histórico-social do Brasil, reverbera nas condições de vulnerabilidades sociais e riscos vivenciados pelas (os) negras (os), pois após séculos de uma história de escravização, vistos como coisa, desumanizados, após a abolição continuam sendo marginalizados, excluídos e destituídos de sua humanidade. Não houve propostas por parte do governo para integrá-los à sociedade e nem ao mesmo possibilitar a sua inserção no mercado de trabalho assalariado, perpetuando até os dias atuais situações de injustiça, preconceito e muito sofrimento. Segundo o historiador Boris Fausto (2013) o processo abolicionista no Brasil ocorreu de forma intencionalmente lenta, garantindo que as (os) negras (os) permanecessem à margem da sociedade, desempregados, sem terra para cultivar ou morar, obrigados a ocuparem as áreas periféricas das cidades.

A Lei de Terras foi concebida como uma forma de evitar o acesso à propriedade da terra por parte de futuros imigrantes. Ela estabelecia, por exemplo, que as terras públicas deveriam ser vendidas por um preço suficientemente elevado para afastar posseiros e imigrantes pobres. Estrangeiros que tivessem passagens financiadas para vir ao Brasil ficavam proibidos de adquirir terras, antes de três anos após a chegada. Em resumo, os grandes fazendeiros queriam atrair imigrantes para começar a substituir a mão de obra escrava, tratando de evitar que logo eles se convertessem em proprietários (FAUSTO, 2013, p. 169).

A população negra foi negligenciada pelo Estado, exposta a toda espécie de elementos de destruição e impedida de exercer os direitos básicos para subsistência e vida em sociedade. Alvo de fortes estruturas de

discriminação, a população negra sofre os impactos do racismo desde a época escravista, pós-abolicionista até a contemporaneidade.

Notemos, ademais, que essa ocorrência não é somente dos nossos dias. O visitante europeu João Maurício Rugendas observou em 1862: “É verdade que a lei não confere para os negros o direito de votar nem de exercer certos cargos; mas os funcionários de pele mais ou menos escura não opõe nenhuma dificuldade em reconhecer como brancos todos aqueles que assim se querem identificar, e fornecer-lhes a documentação necessária para estabelecer a pureza de suas origens (NASCIMENTO, 1978, p. 75).

Além de sofrer extrema discriminação, a população negra é alvo, ao longo dos tempos, de estratégias de eliminação. Diversificadas formas foram pensadas para clarear a população, desde o estupro da mulher negra pelo homem branco pertencente à classe social dominante, gerando a narrativa, errônea e romantizada, da miscigenação consentida até as estratégias de dizimação literal da vida de mulheres, homens e crianças negras.

Que esta ideia da eliminação da raça negra não constituía uma apenas teoria abstrata, mas, calculada estratégia de destruição, está claro nos argumentos do mesmo teórico, na explícita sugestão de se deixar os afro-brasileiros propositalmente indefesos: expostos da toda espécie de agentes de destruição e sem recursos suficientes para se manter (NASCIMENTO, 1978, p. 73).

Para Moura (1983), durante o período escravocrata no Brasil ocorreu uma forçada divisão racial do trabalho, uma vez que os negros foram obrigados a realizar o trabalho escravo e, na contemporaneidade, o mercado de trabalho é separado racialmente por meio de uma competitividade desigual, na qual o Branco ocupa os melhores espaços de trabalho ao passo que determina para o Negro os espaços inferiores e/ou serviços que o Branco não deseja realizar.

Esta divisão social e racial do trabalho foi utilizada como base para o mito da democracia racial adotada no Brasil, servindo tendenciosamente aos interesses das classes dominantes brasileiras e conseguiu até mesmo naturalizar a opressão social vivenciada pela população negra, que de forma alienada não reconhece as disparidades sociais existentes ou simplesmente torna-se inerte diante deste processo discriminatório.

O mito da democracia racial é completamente exposto mediante à historicidade de exclusão das (os) negras (os), mas auxilia na manutenção do racismo atual, expresso nas diferentes camadas da sociedade, como a falta de acesso à moradia digna, ocupação de postos formais de trabalho e participação nos espaços de poder. Desta forma, a sociedade retira da população negra o direito de exercer positivamente seu sentimento de identidade, minando a consciência negra e, conseqüentemente, o aprisionando em lugares determinados, lugares que o branco não deseja ocupar, por serem lugares inferiores de trabalho, moradia e relações sociais.

Essa ideologia de dar as costas às origens étnicas do Negro, isto é, a formação de uma sociedade supostamente aberta vem acompanhada do mito da democracia racial e que é um elemento desarticulador da consciência do Negro brasileiro. A chamada democracia racial é o suporte ideológico no qual se assenta uma política discriminatória, racista, de extermínio contra o Negro brasileiro (MOURA,1983, p.127).

Como engrenagens de um motor, raça, classe, sociedade e gênero coexistem e se relacionam para a criação e manutenção dos processos de exclusão da população negra em cada aspecto da vida, que reverbera em outro, em uma espécie de efeito dominó derrubando as possibilidades de inserção de negras e negros nos espaços sócio ocupacionais, perpetuando os malefícios oriundos do racismo. A sociedade escravista criou mecanismos ideológicos de dominação gerando um pensamento racista que persiste até os dias atuais e que se aproveitou da manutenção das relações de trabalho escravo, se aperfeiçoando e criando novas, contemporâneas e institucionalizadas, formas de escravidão.

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residências nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancado as oportunidades que permitiriam a ele melhorar suas condições de vida, sua vida inclusive (NASCIMENTO, 1978, p. 85).

O racismo impacta de forma ainda mais contundente a vida da mulher negra, determinando seu papel e lugar na sociedade, muitas vezes destituída

dos direitos sobre o próprio corpo, ora vista como objeto de desejo e endeusamento, ora vista apenas como a serva que abre mão de cuidar de si e da própria família, para cuidar da família da mulher branca. A figura da mulher sofre metamorfoses a depender do ponto de vista e de por quem são vistas. Lélia Gonzalez (1984), nesse sentido, afirma: “Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas”. (GONZALEZ, 1984, p.230)

A partir do reconhecimento de que há uma intrínseca relação entre raça e classe tornar-se-á possível pensar estratégias de intervenções profissionais que levem em consideração a conjuntura social, política e histórica da população negra, público usuário majoritário dos serviços ofertados pelo CRAS.

A política de assistência social no Brasil decorre da criação do Conselho Nacional de Serviço Social, em 1937 e na década de 40 da criação da Legião Brasileira de Assistência. Em 1977 foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, com base na centralidade e exclusividade da ação Federal, mas somente em 1988, a Constituição Federal reconheceu a assistência social como dever do estado e não mais uma política isolada e complementar à previdência. Em 1989 foi criado o Ministério do Bem Estar Social e, em 1993, os gestores municipais, estaduais e organizações não governamentais negociaram com o governo federal e parlamentares federais a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social. Em 1997 foi editada a Norma Operacional Básica conceituando o sistema descentralizado e participativo. A Assistência Social, de acordo com a Constituição Federal de 1988 visa atender a quem dela necessitar independente de contribuição à seguridade social, entretanto, observa-se que embora grande contingente da população brasileira necessita dessa política pública, a maioria dos órgãos e leis criados durante esses mais de oitenta anos se focalizam em aspectos referentes à renda e algumas categorias específicas, como crianças, idosos e pessoas com deficiência. Na maior parte dessas leis e documentos não há vínculo entre “os que dela necessitam” e as populações racializadas indígenas e principalmente negras oriundas de ancestrais traficados de África e escravizados, que construíram

esse país e foram abandonados à margem do processo civilizatório após abolição da escravidão.

Essas populações que foram privadas de trabalho, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer e relegadas à subalternidade têm cor e identidade. Elas pertencem à maioria minorizada conforme categoria analítica de racialidade proposta por Richard Santos (2020), silenciadas, invisibilizadas pelas elites dirigentes do país e não reconhecidas como público prioritário pela política pública de assistência social, esvaziadas de discussões e ações efetivas para dirimir os problemas sociais engendrados pelo racismo.

3.1 A intersecção entre raça, classe e gênero na Assistência Social

A consolidação de leis e de instituições no âmbito da assistência social prevê o atendimento às demandas sociais das populações brasileiras e, nesse sentido, essa política pública contribui para diminuir parcialmente as injustiças sociais e as violações de direitos. O que recorrentemente se pensa é que as desigualdades decorrem apenas das condições socioeconômicas, entretanto, não é considerado que o lugar das populações majoritariamente negras é determinado em decorrência das relações étnico-raciais, pautadas no racismo que aprofunda as diferenças de classe. Nessa equação classe e raça, outra variável é fundamental, o gênero. Por isso, Lélia Gonzalez (1984) ao problematizar a estratificação das populações negras no Brasil, explica que além de ser determinada pela cor é também determinada pelo gênero. As mulheres e, principalmente as mulheres negras, sofrem duplamente as mazelas sociais em decorrência do racismo e do machismo. A cultura do racismo e do machismo incrustado no tecido social das populações brasileiras é uma realidade que não pode estar alheia à política pública da assistência social.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a Assistência Social como um dos tripés da Seguridade Social, ao lado da Saúde e da Previdência, direito da população e dever do Estado. No âmbito de seus princípios fundamentais, versa no artigo 3º, inciso IV, sobre o dever de promover o bem de toda

população sem discriminação de raça, sexo, cor, idade, entre outros aspectos. No âmbito das relações internacionais, expressa repúdio ao racismo, em seu artigo 4º, inciso VIII (BRASIL, 1988, p. 11).

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS/1993, no artigo 1º consolida a assistência social com um direito do cidadão e dever do Estado, Política de Seguridade Social não contributiva com intuito de prover os mínimos sociais para a garantia do atendimento às necessidades básicas da população. A classe fica evidente como um marcador na Assistência Social, no que tange aos seus objetivos cujo artigo 3º, parágrafo único, destaca:

[...] A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (BRASIL, 1993, p.11)

No entanto, mesmo em um país historicamente marcado pelo racismo e sexismo, escravização e extermínio da população negra, esta importante lei não faz nenhuma menção ao enfrentamento ao racismo e seus malefícios para mulheres e homens negros (os) que ainda sofrem com esses impactos negativos na contemporaneidade e que conforme dados anteriormente apresentados constituem a maioria da população usuária dos serviços ofertados pela assistência social.

A Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e o Conselho Municipal de Assistência Social (CNAS) elaboraram, aprovaram e tornaram pública a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) com o objetivo de redefinir a referida política e implementar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), materializando e operacionalizando os princípios da Lei Orgânica de Assistência Social. No tocante ao público usuário da assistência social a PNAS/2004 traz a seguinte definição:

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias

psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 33).

Nota-se que a PNAS/2004 ao tratar do enfrentamento às vulnerabilidades e riscos sociais, considera diversos aspectos ligados à classe e até mesmo a etnia, mas não pondera as categorias raça e gênero, mesmo com o histórico escravocrata e sexista do Brasil e com o público majoritário da assistência social sendo constituído por pessoas negras, em especial, por mulheres negras.

Os serviços socioassistenciais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) estão organizados em três esferas: vigilância social, proteção e defesa social e institucional. Quanto a descrição de vigilância social, a PNAS/2004 destaca que:

Refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaças; vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal; vítimas de apartação social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência; vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários. Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos (BRASIL, 2004, p. 39-40).

Observa-se que mesmo na dimensão da vigilância social, a PNAS/2004 considera as categorias etnia e gênero enquanto aspectos importantes na análise e enfrentamento das desigualdades sociais, mas não traz uma abordagem direta sobre o racismo, gênero feminino e as relações raciais.

A Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS) de 2005 consolida os eixos estruturantes no que tange à responsabilidade dos três entes federados por sua efetivação com o objetivo de implementar e solidificar

o SUAS em nosso país e consagrar a Política Nacional de Assistência Social amparada pelo Sistema Único em andamento. A NOB/SUAS regulariza a gestão da Política de Assistência Social brasileira em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social e demais legislações pertinentes e, entre seus objetivos, visa estabelecer as funções da assistência social enquanto política pública no intuito de ampliar a proteção social no Brasil. No que tange à organização do SUAS prevê a articulação entre demais instituições que visam defender os direitos humanos, especificamente na defesa de direitos de crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, vítimas de exploração e violência, adolescentes ameaçados de morte, negros e outras minorias.

Em 2016 o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou o II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) como um importante instrumento de planejamento previsto na NOB/SUAS/2012 enquanto base para construir o pacto de aprimoramento do SUAS e dos planos de assistência social na esfera municipal, estadual e do Distrito Federal. Esse segundo Plano Decenal traz como chamamento o subtítulo “Assistência Social Acessível a Todos” expressando a reativação dos direitos socioassistenciais e objetivando tornar tais serviços e benefícios acessíveis e qualificados, considerando a diversidade e heterogeneidade do público atendido, dos territórios e das diferentes expressões das desigualdades no âmbito da assistência social. Para alcançar a universalização e acessibilidade dos direitos socioassistenciais, a efetivação de mecanismos de integração, segurança de renda no intuito de atingir a integralidade da proteção social, o II Plano Decenal preconiza cinco diretrizes para a Assistência Social. Na primeira diretriz prevê a universalização do SUAS considerando a diversidade e heterogeneidade do público atendido, considerando não apenas a condição socioeconômica, mas também aspectos políticos, culturais, étnicos, raciais e grupos mais vulnerabilizados como mulheres e negros, novos arranjos familiares, promovendo o enfrentamento à discriminação de tais grupos sociais.

O II Plano Decenal configura-se como um importante e inovador documento norteador da Política Pública de Assistência Social, trazendo de forma explícita o reconhecimento de mulheres e da população negra como

grupos mais vulnerabilizados, além de incentivar o enfrentamento ao racismo. No entanto, torna-se imperativo realizar uma análise interseccional das categorias raça e gênero com a condição de classe para entendermos como as mesmas se relacionam e produzem camadas mais severas de discriminação e exclusão social, para assim, percebermos os motivos pelos quais o público majoritário atendido pela assistência social é constituído por pessoas negras, em especial, por mulheres negras.

3.2 Racismo estrutural e público majoritário atendido pela Assistência Social

O Sistema Único de Assistência Social é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil em dois tipos de proteção social. Proteção Social Básica (PSB), destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social cujos serviços são ofertados através do Centro de Referência de Assistência Social.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política de Assistência Social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e Distrito Federal. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (BRASIL, 2009, p. 9).

O segundo nível é a Proteção Social Especial (PSE) - Média e Alta Complexidade), destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros. No que tange à PSE de Média Complexidade, as unidades de referência responsáveis pela oferta dos serviços são: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para

População em Situação de Rua (Centro POP). A PSE de Alta Complexidade tem como público-alvo indivíduos e/ou famílias com direitos violados e afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou comunitários de origem.

Entre os principais serviços ofertados nos CRAS, destacamos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o qual tem por objetivo prevenir situações de violações de direitos ou, ao menos, evitar o agravamento das mesmas. De acordo com o Sistema de Informações do SCFV (2018) aproximadamente 2 (dois) milhões de pessoas participaram do SCFV em cada trimestre, sendo mais da metade constituído por mulheres/meninas, das quais 64% são negras. Ainda, ao considerar os dados do Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC) analisados em 2018, as situações de vulnerabilidade e risco individual e social atingem principalmente as pessoas negras.

Importante ressaltar que no tocante à categoria raça, coadunamos com o pensamento da professora Nilma Lino Gomes (2012) ao destacar que tal categoria não é algo oriundo da natureza, mas antes, de uma criação da sociedade e suas relações com o objetivo de cultural de introjetar a maneira como vemos pessoas brancas e negras de formas diferentes.

Nesse contexto, podemos compreender que as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas (GOMES, 2012, p. 49)

O antropólogo e professor Kabengele Munanga (2014) reconhece que há uma diversidade humana e que a mesma merece ser explicada pela ciência para entendimento dessa variabilidade, mas ressalta que essas diferenças entre os humanos foi apropriada pela sociedade para hierarquizar e servir de alicerce para o racismo.

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam (MUNANGA, 2014, p. 6)

O racismo não é um fenômeno apenas individual e institucional, é também estrutural. De acordo com Almeida (2018), o racismo estrutura a sociedade, a economia, a política, o sistema administrativo, jurídico, midiático e trabalhista. O público majoritariamente atendido pela assistência social se constitui por pessoas negras, em especial, mulheres negras, desempregadas (os) ou em relações trabalhistas de subemprego, baixa renda, pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza, pessoas em situação de rua, direitos violados em diversos aspectos e pessoas em fragilidades de vínculos familiares e/ou comunitários. As populações que sofrem essas situações de subalternização, exploração, abandono e invisibilidade são constituídas, em sua maioria, por pessoas pretas e pardas, por mulheres negras que configuram 56% da população brasileira conforme dados do IBGE. Almeida (2018) destaca que as práticas racistas estão presentes nas organizações políticas, econômicas e jurídicas da sociedade.

O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. Porém o uso do termo estrutura não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar os aspectos social, histórico e político do racismo. *O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.* ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial. (ALMEIDA, 2018, p. 39).

É imprescindível que as intervenções públicas agenciadas pela assistência social sejam implementadas, considerando as condições étnico-raciais, de gênero e classe. Para isso, a assistência social deve encarnar discursos e ações que contribuam para a transformação das estruturas sociais e para a mediação das relações étnico-raciais, a fim de dirimir preconceitos e discriminações. E nesse sentido, pautar os planos de ação e intervenção com análise crítica e histórica sobre a formação da sociedade brasileira de forma a considerar a relação entre raça e gênero com a condição de classe enquanto possibilidade de contribuir para a (re) construção de uma sociedade mais justa, pluriétnica, participativa e emancipatória.

Beatriz Borges Brambilla (2019), corroborando com Iamamoto (2001) no que diz respeito à questão social⁵, afirma que:

Trata-se de reconhecer que a desigualdade social se expressa objetiva e subjetivamente, e que ao mesmo tempo produz formas de vida e relações sociais mediadas por ideologias, que mostram de distintas maneiras a lógica de uma sociedade seletiva e arbitrária, que impossibilita a apropriação em sua totalidade para todas e todos (BRAMBILLA, 2019, p. 38)

Nesse sentido, Brambilla (2019) aprofunda a discussão de que as desigualdades sociais são informadas pela questão racial, classe e gênero.

Trata-se, então, de compreender a desigualdade social diante de sua complexidade, como questão social, com gênese no processo de formação de classe, que no Brasil alicerça-se na diferenciação e discriminação de renda, raça e gênero. Além disso, compreender a dimensão subjetiva da desigualdade social é debruçar-se sobre a articulação entre as formas objetivas e subjetivas de produção de dominação, sofrimento, ideologia, exploração e opressão. (BRAMBILLA, 2019, p. 46)

Mobilizando o pensamento de Akotirene (2019) e Pereira (2020) destacando que sexismo, capitalismo, machismo e colonialismo, enquanto estruturas de racismo, são analisadas pela interseccionalidade como

⁵ “Conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2000, p. 27)

“produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (AKOTIRENE, 2019, p.14, *apud* VIEIRA, 2020, p. 41). Pereira (2020), aponta que a partir deste entendimento, a interseccionalidade facilitaria abranger quais pessoas, a exemplo das mulheres negras, são as mais atingidas pela gênese das opressões e, ainda, vislumbrar probabilidades de emancipação e livramento das discriminações (PEREIRA, 2020, p.41).

Mayorga e Prado (2010) afirmam que não se trata de simplesmente afirmar a multiplicidade de diferenças que acometem os sujeitos, mas sim de compreender a interseção produzida a partir dessas diferenças e as consequentes desigualdades e discriminações decorrentes destas interseções. Segundo os autores, é fundamental capturar os processos de racialização de gênero e classe, presentes em cada contexto social e que provocam vulnerabilidades sociais, para, por exemplo, garantir a provisão de serviços públicos de proteção social (PEREIRA, 2020, p. 41)

Neste sentido, é imperativo que as (os) trabalhadoras (es) da política pública de Assistência Social ampliem a base histórica de atuação focada principalmente na categoria classe e considerem de forma atenta como a intersecção com outras categorias, como raça e gênero, determinam lugares subalternizados, desidentificados e discriminados em pessoas negras e, em especial, em mulheres negras. Tal entendimento configura-se para além de uma análise mais crítica, possibilidades de pensar e executar intervenções capazes de superar, ou pelo ao menos reduzir significativamente, situações de exploração, dominação e discriminação.

3.3 Contextualizando o cenário da Assistência Social em Porto Seguro

Considerando que o CRAS é uma unidade de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania, e se relaciona diretamente com as unidades responsáveis pela execução dos Serviços de Proteção Social Especial, torna-se imprescindível ampliar o debate

acerca da relação entre raça, classe e gênero entre as equipes técnicas da assistência social municipal. Tal proposição visa uma oferta dos serviços de forma mais qualificada, que considere as mazelas oriundas do racismo vivenciadas pela população negra, público majoritário desta política pública. Reconhecer que a transversalidade de raça, classe e gênero são elementos entrelaçados às relações sociais pode possibilitar aos profissionais da assistência social em Porto Seguro combater ou ao menos minimizar as disparidades socioeconômicas oriundas do processo histórico-político do racismo.

De forma empírica é perceptível, durante o período de dez anos de atuação como assistente social em equipe do CRAS de Porto Seguro, é que as temáticas referentes à população negra na assistência social só são tratadas no mês de novembro, por ocasião da campanha comumente intitulada “Novembro Negro”, mas não levam em consideração a relação entre raça, classe e gênero e, tampouco, ações continuadas. Ressalta-se que mesmo durante a referida campanha, as atividades realizadas são pontuais, tais como momentos culturais e registros fotográficos.

A relevância em reconhecer a existência de elementos transversais às questões sociais é preconizada pelo Código de Ética do Assistente Social em seu 8º princípio fundamental: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (BRASIL, 1993, p. 24). Esse princípio destaca a necessidade de se ampliar a visão sociopolítica concernente ao ser social, de modo a estender as perspectivas profissionais para outras deliberações, como as de gênero e etnia, relacionando-as simultaneamente à compreensão de classe e raça.

A presente pesquisa buscou estudar a correlação entre raça, classe e gênero, pois como demonstrado, segundo dados do Cadastro Único em abril de 2018, entre as quase 14 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, mais de 90% dos responsáveis familiares são mulheres e, destas, 75% são mulheres negras. O gênero feminino é uma categoria social que enfrenta diversos desafios postos pelo racismo de forma simultânea, pois a

mulher negra sofre a discriminação por sua classe, raça e gênero em meio a um contexto social e histórico paternalista.

bell hooks considera que os estereótipos decantados por um imaginário racista e sexista sobre a mulher negra desde a escravidão impediram que ela fosse vista além de seu corpo, impondo-lhes papéis fixos que circulam recorrentemente e alimentam o sistema de dominação patriarcal e racista (BORGES, 1995, p. 196).

Com o intuito de promover nas unidades da assistência social de Porto Seguro uma análise acerca da intersecção entre raça, classe e gênero, esse projeto pretendeu contribuir para a ampliação do entendimento das equipes técnicas de referência (assistentes sociais, psicólogas (os), pedagogas (os), advogadas (os) de que essas três categorias, como aspectos predominantes entre a população usuária dos serviços ofertados pela assistência social, são fundamentais para compreendermos a realidade social na qual a mesma encontra-se inserida e, a partir daí, planejarmos e executarmos intervenções profissionais pautadas em uma análise crítica, propositiva e antirracista.

É imprescindível pontuar que o município de Porto Seguro possui aproximadamente 25 (vinte e cinco) Aldeias indígenas, localizadas em diversas partes do território e que, historicamente, os povos indígenas também sofreram e ainda sofrem racismo e, conseqüentemente, subalternização, marginalização, extermínio, entre outros malefícios oriundos da discriminação, ainda que de forma denegada no Brasil.

As relações do Estado brasileiro com os povos indígenas são profundamente influenciadas por uma histórica relação de genocídio, de extermínio, e uma expectativa hipócrita de que os que sobrevivessem seriam mantidos em reservas cercadas por agronegócio, reservas sempre prestes a serem invadidas por garimpeiros, por fazendeiros, e descritas até por alguns presidentes da FUNAI como 'não produtivas', como contrárias aos interesses da sociedade brasileira. É uma relação de desigualdade, de segregação que penaliza os povos indígenas de uma maneira tão disfarçada que parece um benefício. Assim como o Brasil consegue ter, na visão de alguns, a experiência do racismo cordial, ele também consegue produzir um outro fenômeno que é o benefício racista, que é quando você, a pretexto de proteger alguém, de preservar algum direito, na verdade segrega e controla. O racismo, ele se disfarça o tempo todo (MILANEZ, 2019, p. 2171).

Importante salientar que a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS/Porto Seguro) desenvolve ações que contemplam as singularidades da população indígena, pois, conforme informações fornecidas pelo Setor de Educação Permanente da SMAS, além das populações indígenas de Porto Seguro serem referenciadas pelos CRAS mais próximos às respectivas localidades, com os atendimentos postos a população no geral, também são desenvolvidas ações específicas. Desde 2018 ocorrem reuniões mensais entre os equipamentos do SUAS e outras instituições, tais como: Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Educação indígena e Superintendência de Assuntos Indígenas, no intuito de promover apoio mútuo às equipes da Assistência Social (PSB e PSE) que atendem tal população. No ano de 2019 houve a inclusão das Instituições de Ensino Superior da região para contribuírem com as análises das demandas apresentadas pelas aldeias e trabalhadores indigenistas. Em março de 2021 foi realizado pela UFSB, o curso de extensão “Curso de Difusão Online: Antropologia, Assistência Social e Povos Indígenas”. Também em 2021, realizou-se reunião, no mesmo formato das anteriores, ficando acordado que a área da Saúde Indígena realizará articulação com os caciques para coleta de ações consideradas prioritárias e necessárias, de forma que no presente ano tais reuniões intersetoriais serão retomadas de forma mensal. No dia 03 de março de 2023 ocorreu a retomada das reuniões do grupo de estudo “Curumim”, que planeja coletivamente ações a serem executadas junto às comunidades indígenas.

Diante do exposto, a presente pesquisa elege como foco a população negra, analisando a interseção entre raça, classe, gênero e a educação permanente na assistência social em Porto Seguro, uma vez que não têm sido identificados debates e ações neste sentido, como as que ocorrem referentes às populações indígenas.

Dados do município de Porto Seguro oriundos do Cadastro Único referentes aos meses de setembro e outubro de 2020 apontam que entre as 29.234 famílias cadastradas, (média de 76.721 pessoas cadastradas), 83,85% se declararam pardos e pretos, sendo 56.316 pardos e 7.429 pretos, sendo 8.853 (30%) das famílias com renda de R\$0,00 a R\$89,00, 5.304 (18%) das

famílias com renda de R\$89,01 a R\$178,00, 8.242 (28%) das famílias com renda de R\$178,01 até ½ salário mínimo, 6.835 (23%) das famílias com renda acima de ½ salário mínimo. Os dados apresentados demonstram que a realidade de Porto Seguro não difere do cenário nacional, conforme dados do IPEA (2011) elencados na apresentação desta pesquisa.

No âmbito da política pública de Assistência Social, o município de Porto Seguro possui unidades de atendimento dos dois níveis de proteção social, a saber, Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE de Média e Alta Complexidade). No tocante à PSB, o município conta com 08 (oito) Centros de Referência de Assistência Social (CRAS): CRAS Arraial d'Ajuda, CRAS Centro, CRAS Frei Calixto, CRAS Mercado do Povo, CRAS Trancoso, CRAS Vera Cruz, CRAS Vila Parracho e CRAS Vila Vitória. Quanto à PSE (Média Complexidade), Porto Seguro possui 01 (um) Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) e 01 (um) Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), 01 (um) Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Equipe de Abordagem Social (Centro POP) e 03 (três) unidades de atendimento PSE de Alta Complexidade.

Embora Porto Seguro possua diversas unidades de atendimento de assistência social, as mesmas encontram-se precarizadas tanto do ponto de vista das estruturas físicas, quanto no que diz respeito ao quadro funcional necessário para execução qualificada e continuada dos serviços ofertados à população. O espaço físico da maioria das unidades de assistência social municipal apresenta problemas elétricos, hidráulicos, estruturais, falta de acessibilidade, quantidade insuficiente de equipamentos básicos (computadores, impressora, internet de boa qualidade, armários adequados para arquivos, materiais de escritório, entre outros). A Tipificação dos Serviços Socioassistenciais orienta quanto ao espaço físico adequado para oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), citando a necessidade de acessibilidade para oferta qualificada do serviço.

AMBIENTE FÍSICO: Espaços destinados para recepção, sala(s) de atendimento individualizado, sala(s) de atividades coletivas e comunitárias, sala para atividades administrativas, instalações sanitárias, com adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade, limpeza e

acessibilidade em todos seus ambientes, de acordo com as normas da ABNT. O ambiente deve possuir outras características de acordo com a regulação específica do serviço e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (BRASIL, 2014, p.13).

Como explicitado anteriormente, os longos períodos sem realização de concurso público contribuem diretamente para a rotatividade das equipes, o que impacta de forma extremamente negativa na continuidade das intervenções planejadas e, conseqüentemente, na construção de vínculos entre as equipes atuantes na assistência social municipal e a população usuária dessa política pública. Importante salientar que o concurso público mais recente ocorreu em 2019, o que não ocorria há mais de 10 (dez anos), mas ainda assim, não contemplou vagas suficientes para compor as equipes totalmente com servidores efetivos. Desta forma, ainda há um número considerável de técnicos de nível superior em vínculos fragilizados de trabalho, além do referido concurso não ter contemplado os cargos de nível médio, que também são imprescindíveis para a execução dos serviços ofertados na política pública de assistência. A falta de equipe mínima em contrapartida a territórios de abrangência extremamente extensos, complexos e numerosos torna ainda mais desafiador planejar e executar ações de caráter continuado e que levem em consideração as especificidades de cada território.

A NOB-RH/SUAS: Anotada e Comentada elenca em suas diretrizes orientações quanto a ação de gestores das três esferas de governo, trabalhadores e representantes das entidades de assistência social atuantes no dia a dia do trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Destaca responsabilidades e atribuições dos gestores municipais, como:

Dotar a gestão de uma institucionalidade responsável, do ponto de vista operacional, administrativo e técnico-político, criando os meios para efetivar a política de assistência social. Destinar recursos financeiros para a área, compor os quadros do trabalho específicos e qualificados por meio da realização de concursos públicos... Oferecer condições adequadas de trabalho quanto ao espaço físico, material de consumo e permanente (BRASIL, 2011, p. 79).

Outro fato perceptível ao longo de uma década de atuação como assistente social e coordenador na política de Assistência Social em Porto Seguro é a ocupação de importantes cargos de gestão, como secretária (o)

municipal de assistência social, superintendências e coordenações dos dois níveis de Proteção Social (PSB e PSE) por agentes político-partidários, sem experiência e/ou formação técnica em políticas públicas. Essa situação repercute negativamente no cotidiano das (os) profissionais do SUAS, pois não raras vezes, tais agentes adotam um modelo de gestão com lógica privatista e assistencialista com intuito unicamente de ganhar visibilidade política em detrimento do que preconizam as Leis, normativas, cadernos de orientações técnicas e códigos de ética profissionais. Nesse cenário, ao nos posicionarmos contrários às solicitações de práticas que ferem nosso projeto ético-político, somos vulnerabilizados como profissionais, pois passíveis de descontinuidade em nossas atividades em dada unidade de atendimento, o que rompe o processo continuado de trabalho, interrompe importantes ações em curso nos respectivos territórios de atuação, ocasionando perdas significativas para a população atendida.

Dessa forma, há um cenário de dificuldades no tocante ao quadro funcional da assistência social em Porto Seguro, mas é necessário reconhecer que a realização do concurso público em 2019 representou um importante avanço na perspectiva de ter profissionais efetivas (os) - com os quais podemos dialogar ações de educação permanente - atuando nas diversas unidades responsáveis pela execução dos serviços socioassistenciais no município e que podem desempenhar importante papel na (re)construção de intervenções pautadas em uma análise, crítica, propositiva e antirracista em seus microterritórios de atuação profissional. Isto porque, como já mencionado anteriormente nesta pesquisa, o trabalho pensado coletivamente com foco nas populações indígenas precisa ter continuidade e aumento da periodicidade no tocante à realização destas ações e, no caso da população negra, necessita urgentemente ser considerado como aspecto essencial, considerando que o público majoritário atendido pela assistência social é constituído por pessoas negras, em especial por mulheres negras, além da ausência de ações específicas para este público.

4. A EDUCAÇÃO PERMANENTE NOS PROCESSOS FORMATIVOS SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Conselho Federal de Serviço Social apresentou em 2012 o documento intitulado “Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS” no qual ressalta que diante das especificidades de uma realidade dinâmica e mutável, geradora de novas demandas que necessitam ser identificadas e analisadas, a educação permanente é imprescindível para todas as profissões e áreas de conhecimento (BRASÍLIA, 2012, p.10). Desta forma, elenca um conceito mais ampliado, como abaixo transcrito:

Assim, a educação permanente se constitui em um importante instrumento para a construção e qualificação de ações cotidianas no exercício da profissão e na sua capacidade de organização política. Dessa forma, é necessário reconhecê-la também como instrumento fundamental de luta política e ideológica (BRASÍLIA, 2012, p. 15-16).

É importante fazer a distinção entre os conceitos de educação continuada e educação permanente, uma vez que se pretende utilizá-los como instrumentos de intervenção a fim de que as relações étnico-raciais sejam consideradas na política pública efetivada na assistência social em Porto Seguro. Embora sejam conceitos que apresentam semelhanças, eles se distinguem:

A educação permanente e a educação continuada conferem uma dimensão temporal de continuidade de aprendizagem por toda a vida, mas estão inseridas em princípios metodológicos diferentes. A educação continuada está relacionada ao prosseguimento da formação inicial, objetivando o aperfeiçoamento profissional. Contudo, nem sempre esse aperfeiçoamento atende às necessidades provenientes da organização do trabalho, e tampouco modifica e qualifica as estruturas e os processos ao atendimento das demandas (FERNANDES, 2009, *apud* BRASIL, 2009, p. 18).

Destaca-se que, de acordo com Iglesias (2012), o conceito de educação permanente é mais complexo e deve considerar uma série de fatores que o diferenciam da educação continuada.

Já o significado da educação permanente deverá ser compreendido no contexto histórico, político e econômico, considerando as transformações societárias e os interesses

vigentes das classes sociais, tendo em vista que estas transformações vêm influenciando o trabalho, a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS educação e a formação profissional no século XXI. (IGLESIAS, 2012, p. 18).

Nesse sentido, optou-se por apresentar no quadro a seguir as ditas diferenças, a partir de aspectos como pedagógico, objetivos, atividades e participantes.

Quadro 2 – Diferenças entre Educação Continuada e Educação Permanente.

Diferenças	Educação Continuada	Educação Permanente
Pressuposto pedagógico	O conhecimento preside/define as práticas	As práticas são definidas por múltiplos fatores (conhecimento, valores, relações de poder, organização do trabalho, etc.) a aprendizagem dos adultos requer que se trabalhe com elementos que “façam sentido” para os sujeitos
Objetivo principal	Atualização dos conhecimentos específicos	Transformação das práticas
Público	Profissionais específicos, de acordo com os conhecimentos a trabalhar	Equipe (de atenção, de gestão) em qualquer esfera do sistema
Modus Operandi	Descendente. A partir de uma leitura geral dos problemas, identificam-se temas e conteúdos a serem trabalhados com os profissionais, geralmente em formato de curso	Ascendente. A partir da análise coletiva dos processos de trabalho, identificam-se os nós críticos (de natureza diversa) enfrentados na atenção ou na gestão; possibilita a construção de estratégias contextualizadas que promovem o diálogo entre as políticas gerais e a singularidade dos lugares e

		pessoas
Atividades educativas	Cursos padronizados – carga horária, conteúdo e dinâmicas definidos centralmente. As atividades educativas são construídas de maneira desarticulada em relação à gestão, à organização do sistema e do controle social. A Atividade educativa é pontual, fragmentada e se esgota em si mesma.	Muitos problemas são resolvidos/equacionados em situação. Quando necessárias, as atividades educativas são construídas de maneira ascendente, levando em conta as necessidades específicas de profissionais e equipes. As atividades educativas são construídas de maneira articulada com as medidas para reorganização do sistema (atenção-gestão-educação-controle social articulados) que implicam acompanhamento e apoio técnico. Exemplos: constituição de equipes de especialistas para atenção básica em temáticas específicas prioritárias; instituição de processos de assessoramento técnico para formulação de políticas específicas.

Fonte: Ferreira (2015) sistematizado a partir de: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde. Departamento de Gestão e Educação na Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

O tema da educação permanente colocou-se como relevante à presente pesquisa de mestrado realizada por envolver o estudo e a proposição de ações de fomento à formação antirracista no âmbito da assistência social municipal. Entende-se educação permanente a partir de dois pilares: as necessidades do processo de trabalho e do processo crítico como inclusivo ao trabalho.

O documento “Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS” destaca que a realidade social na qual incidimos não é estática, ao contrário, é complexa, dinâmica e em constantes e profundas transformações

que exigem que sejamos críticos e propositivos no intuito de responder às demandas que se apresentam no cotidiano profissional.

Nesse sentido, nunca foi tão necessário questionar: educar para quê e em qual direção? Concordamos com Mészáros (2008) na defesa da existência de práticas educacionais que permitam trabalhar as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade que liberte o ser humano da dominação do capital, e onde a função da Educação seja a de contribuir para transformar o/a trabalhador/a em um sujeito político capaz de modificar a realidade. É nesta perspectiva que nos somamos à luta de que a educação não deve servir aos interesses do mercado, mas ao atendimento das necessidades humanas, na medida em que pode contribuir, no âmbito da disputa hegemônica, com a superação da lógica desumanizadora do capital, que se fundamenta na desigualdade, na exploração, no individualismo, no lucro e na competição. (BRASIL, 2012, p. 10)

Por isso, optamos considerar a realização de rodas de conversa como metodologia para fomentar a educação permanente com as(os) técnicas atuantes nas unidades de atendimento da assistência social em Porto Seguro, a fim de problematizar coletivamente o debate acerca das relações entre classe, raça e gênero no âmbito das atividades com o público atendido, considerando que esse se constitui majoritariamente de pessoas negras, mulheres e em condições socioeconômicas precárias.

As rodas de conversas são ações que se coadunam com a metodologia adotada na investigação, a pesquisa-ação, uma vez que os participantes estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo com a resolução do problema, ou seja, os participantes são provocados a partir do lócus de enunciação a se manifestar sobre as relações étnico-raciais na assistência social. Neste sentido, o documento “Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS” destaca que para dar concretude à Política de Educação Permanente, é interessante considerar a importância da educação popular de acordo com o que sugere Traspadini (2009) enquanto uma estimativa do método de trabalho na formação:

A formação política, com base na educação popular, nestes espaços é um elemento constitutivo dos encontros. Com ela, vamos passo a passo, a partir do que os sujeitos trazem, reconsiderando nosso saber coletivo. Sujeitos que acham que sabem pouco, se reconhecem conhecedores de algo. Sujeitos

que acham que sabem um pouco mais, reveem suas posições no encontro com outros. E o sujeito político que emana daí sai revigorado para uma práxis reflexiva e revolucionária. Sai com o ímpeto de aprender fazendo, fazer pensando, construir um processo fincando suas bases em um nós (TRASPADINI, 2009, *apud* BRASIL, 2012, p. 12).

O papel do pesquisador-participante consiste em mobilizar os sujeitos envolvidos na pesquisa, a fim de coletivamente fazer intervenções nas problemáticas sociais, raciais e de gênero, a partir da análise da realidade em que estão inseridos. Além da reflexão, esse trabalho objetiva contribuir com ações e discursos que transformem as condições de vida das pessoas que não apenas são afetadas pelas condições socioeconômicas, mas pelas práticas e discursos racistas e machistas. Este pensamento dialoga com o que apresenta o documento “Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS”, o qual ressalta:

[...] tomamos como referência a educação permanente, por compreender também que sua raiz está plantada por princípios éticos e políticos, direcionando, assim, a edificação de uma sociedade em que prevaleça a justiça social e a emancipação humana, em que a razão técnica não predomine e não subestime a consciência crítica de sujeitos dotados de desejo e de conhecimentos, capazes de refletir sobre seus atos (BRASIL, 2012, p. 19).

A pertinência de processos formativos específicos é notória para contribuir com uma atuação profissional antirracista. Tendo em vista que 60% dos participantes da pesquisa não participaram de capacitação sobre as relações étnico-raciais se faz mister considerar nas discussões – rodas de conversa – a necessidade de fomentar a incursão desses participantes em curso de pós-graduação sobre as relações étnico-raciais, como aponta o Gráfico 6. E considerando que aproximadamente 98% dessas (es) participantes da pesquisa têm interesse em curso, oficinas e outros processos formativos sobre racismo e as relações étnico-raciais, a educação permanente atenderia uma demanda de 60% que não participaram de processos formativos nessa área, além de ampliar o conhecimento das relações étnico-raciais para 38% das (os) que fizeram cursos sobre essa temática, mas mesmo assim manifestaram interesse em agregar mais conhecimentos.

As (os) 46 profissionais que participaram da pesquisa responderam que percebem e identificam o público atendido na unidade onde está inserido como negro, 39,1% preto, 60,9% pardo. Essa constatação explica o interesse dos profissionais da assistência social em Porto Seguro em processos formativos contínuos ou permanentes na área das relações étnico-raciais. Nesse sentido, a intervenção social que propomos realizar atende a uma demanda das (os) profissionais. O que pretendemos foi discutir as causas que colocam esse público majoritariamente negro nesse lugar de usuários da assistência social. No entanto, não basta saber que o racismo estrutura as condições materiais de vida e as relações de desigualdade e violência da sociedade, é preciso qualificar essas (es) profissionais para fazerem micro revoluções com sua práxis profissional a fim de que esta (es) possam contribuir com a redução do racismo, do feminicídio e das violências contra pessoas negras.

Neste sentido, Mbembe (2020) explicita como a condição de raça determina a condição de classe:

Historicamente, pelo ao menos nas colônias de povoamento ou nos estados escravagistas, o racismo sempre serviu de *subsídio* ao capital. Era essa a sua função outrora. Classe e raça se constituíam mutuamente. Pertencia-se, em geral, a uma determinada classe em virtude da raça, e, por sua vez, o pertencimento a uma determinada raça determinava as oportunidades de mobilidade social e de acesso a um ou outro estatuto específico. A luta de classes era inseparável da luta de raças, por mais que ambas as formas de antagonismo fossem movidas por lógicas não raro autônomas. o processo de racialização envolvia, inevitavelmente, práticas discriminatórias. A raça permite naturalizar as diferenças sociais e confinar as pessoas indesejadas dentro de quadros dos quais eram impedidos de sair pelo direito ou mesmo pela força (MBEMBE, 2020, p. 198)

Diante do exposto, é imperativo que o planejamento e execução das intervenções realizadas no âmbito da política pública de assistência social precisam considerar a interseccionalidade entre as diferentes categorias que compõem a vida das pessoas, famílias e comunidades atendidas, como raça, classe e gênero. Neste sentido, Collins e Bilge (2021) destacam que a forma como o capital global se configura na atualidade dão estrutura e nutrem o crescimento das desigualdades sociais no que tange ao racismo, sexismo e outras expressões de poder, gerando estruturas interseccionadas que

extrapolam a condição de classe e mostram como raça, gênero, sexualidade, idade, capacidade, entre outras categorias analíticas se conectam de modo complexo e embaraçado para gerar desigualdade econômica.

4.1 Documentos e orientações técnicas da Assistência Social no campo das relações étnico-raciais

Durante a realização do levantamento bibliográfico e documental foram encontradas publicações sobre o enfrentamento ao racismo produzidos pelo CFESS, referentes às campanhas de enfrentamento ao racismo efetivadas nas gestões de 2014-2017 e de 2017-2020. É importante destacar que o CFESS é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional da (o) assistente social no Brasil, referindo-se, portanto, à profissão de assistente social e não à política pública de assistência social. Necessário salientar também, que a política pública de assistência social é composta e efetiva por outras categorias profissionais, campo da psicologia, da pedagogia, do direito, entre outras.

No âmbito do Sistema Único de Assistência Social, que engloba a política pública de assistência social, encontramos apenas a cartilha do então denominado Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) intitulada “SUAS Sem Racismo: Promoção da Igualdade Racial no Sistema Único de Assistência Social (2018)”. Esta cartilha traz inicialmente o conceito de racismo, o mito da democracia racial e ressalta com base na lei Nº 7.716/1989 que racismo é crime. Em seguida, elenca alguns dados estatísticos do IPEA/2011 e Cadastro Único/2018, também utilizados na presente pesquisa e na sequência apresenta dados estatísticos sobre como a população negra é mais vulnerável à violência. Como subitem trata sobre racismo institucional e finaliza com perguntas norteadoras para reflexão referente a racismo institucional.

Entendemos que por se tratar de uma publicação do MDS referente ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o mesmo é destinado a todas (os) trabalhadoras (es) atuantes na política pública de assistência social, mas sentimos falta de um caráter de convocação às diversas categorias

profissionais que compõem as equipes técnicas responsáveis pela execução da referida política pública. Tal reflexão se faz necessária, pois comumente percebemos discursos que tratam o serviço social (profissão) como sinônimo de assistência social (política pública que abarca outras categorias profissionais) e, desta forma, corre-se o risco de responsabilizar apenas o serviço social/assistente social e excluir as demais categorias profissionais de debates extremamente necessários como aqueles que objetivam enfrentar o racismo no cotidiano profissional.

Diante do exposto, sentimos carência de publicações e campanhas educativas que convoquem todas as categorias profissionais responsáveis pela execução da assistência social no Brasil a apreender e/ou potencializar conhecimentos que possibilitem uma atuação antirracista, desde o planejamento até a execução das intervenções junto a população atendida. Outro aspecto necessário referente aos materiais e campanhas de enfrentamento ao racismo é que haja relançamento dos mesmos, considerando a alta rotatividade de técnicas (os) atuantes na assistência social e orientações técnicas sobre como incluir a população usuária dos serviços socioassistenciais na formulação e execução de intervenções focadas na população negra e no enfrentamento ao racismo.

5. A PESQUISA-AÇÃO REALIZADA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PORTO SEGURO: ANÁLISE E RESULTADOS

Como citado na apresentação desta pesquisa, sua metodologia está alicerçada no método da pesquisa-ação, que, segundo Thiollent (1986, p. 7), “além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem sempre se encontra em propostas de pesquisa participante”. Além disso, destaca a importância da pesquisa-ação sob a ótica sociológica:

Do ponto de vista sociológico, a proposta de pesquisa-ação dá ênfase à análise das diferentes formas de ação. Os aspectos estruturais da realidade social não podem ficar desconhecidos, a ação só se manifesta num conjunto de relações sociais estruturalmente determinadas (THIOLLENT, 1986, p. 9).

O método da pesquisa-ação foi escolhido para efetivação prática desta pesquisa junto à equipe técnica do CRAS Arraial d'Ajuda no intuito de identificarmos possibilidades e desafios para a construção coletiva de atuações profissionais antirracistas e também vislumbrando a possibilidade de ampliarmos o debate sobre as relações étnico-raciais para as demais equipes da assistência social em Porto Seguro e, ambicionando que estas (es) técnicos (as) repliquem as ações de forma adaptada à população usuária dos serviços socioassistenciais em seus respectivos territórios de atuação profissional.

Na pesquisa-ação existem objetivos práticos de natureza bastante imediata: propor soluções quando for possível e acompanhar ações correspondentes, ou, pelo menos, fazer progredir a consciência dos participantes no que diz respeito à existência de soluções e de obstáculos (THIOLLENT, 1986, p. 20).

De acordo com Stringer (1996) a pesquisa-ação é composta por três aspectos principais: observar, no intuito de juntar informações e construir um cenário, conforme ocorreu com a observação empírica que foi base para as inquietações profissionais para iniciar esta pesquisa mediante a ausência de discussões sobre as relações raciais e o enfrentamento ao racismo no âmbito da assistência social municipal. O segundo aspecto se refere a pensar, para explorar, analisar e interpretar os fatos, aspecto contemplado na fase de pesquisa bibliográfica e de campo junto às equipes técnicas das unidades da

assistência social. Por fim, o terceiro aspecto balizador da pesquisa-ação conforme Stringer (1996) diz respeito a agir, implementando e avaliando ações, materializada de forma contextualizada na execução das rodas de conversa realizadas com a equipe técnica atuante no CRAS Arraial d'Ajuda e que resultaram no produto final, qual seja: caderno formativo intitulado "Entre Frutos Colhidos e Novas Sementes: Rodas de Conversa, uma Proposta Interseccional de Enfrentamento ao Racismo na Assistência Social", anexado à presente dissertação.

5.1 Percepções (iniciais) das (os) técnicas (os) da Assistência Social em Porto Seguro

Os procedimentos correlatos à pesquisa de campo na presente investigação se referem à realização da coleta de informações, via questionário virtual e por meio da construção colaborativa do produto educacional final por meio de rodas de conversa realizadas como projeto piloto no CRAS Arraial d'Ajuda. Para tanto, na sequência há uma breve contextualização e apresentação dos equipamentos que compõem a política de assistência social municipal, onde atuam tais profissionais os quais foram elencados como sujeitos participantes da pesquisa, seguida das etapas pensadas para as rodas de conversa até o produto.

No ano de 2019 houve realização de concurso público da Prefeitura Municipal de Porto Seguro, fato que não ocorria há mais de 10 (dez) anos, como mencionado anteriormente, sendo que a maior parte das(os) servidoras(es) da assistência social municipal encontravam-se com vínculos fragilizados de trabalho via contratação temporária realizada através de processos seletivos simplificados. Segundo consulta em abril de 2020 realizada no portal da transparência de Porto Seguro (BA), o referido município contava com apenas 07 (sete) assistentes sociais efetivos, lotados em diferentes Políticas Públicas (assistência social, saúde e educação). Tal cenário era campo fértil para a grande rotatividade das equipes de referência e, conseqüentemente, traziam grande prejuízo para a continuidade dos serviços ofertados à população e também para trabalhadoras(es) que não tinham

direitos trabalhistas básicos garantidos, como por exemplo gozo de férias, sob a justificativa da gestão municipal de que uma vez que os contratos eram rompidos e realizados novos processos seletivos, perdíamos tais direitos.

Após a realização do concurso público de Porto Seguro no final de 2019, cujos primeiros aprovados foram convocados em maio de 2021, a maioria das (os) técnicas (os) de nível superior das equipes de referência passaram a ser compostas por profissionais efetivos. No entanto, no concurso público supracitado, não houve oferta de vagas para os cargos de nível médio, como orientadoras(es) sociais para atuação junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), recepcionista, auxiliar administrativo, entre outros. Desta forma, os equipamentos da assistência social municipal não possuem todos os profissionais de nível médio necessários para composição das equipes, perpetuando a rotatividade no tocante a estas(es) servidoras(es), além da gestão municipal ter optado por trocar o vínculo trabalhista das(os) profissionais por contratos terceirizados no início de 2022.

É importante salientar que minha inserção no PPGER se deu no ano de 2021 no contexto da pandemia do coronavírus (COVID-19), impossibilitando a realização do SCFV nos CRAS e de outras atividades coletivas de caráter continuado no âmbito da assistência municipal de Porto Seguro. Neste contexto de precarização das equipes de referência acima apresentados, ainda não foi possível a retomada das atividades coletivas devido a falta dos profissionais supracitados.

Importante ressaltar que a impossibilidade em efetivar o SCFV e demais atendimentos coletivos continuados devido à pandemia repercutiu na inexecutabilidade em inserir a população usuária dos serviços ofertados pela assistência social entre os participantes da pesquisa, considerando que a proposta metodológica da pesquisa necessitava de participação continuada entre as etapas da mesma.

Diante do exposto e, levando em consideração que atualmente a maioria das(os) técnicas(os) de nível superior são efetivos, optei pela escolha das (os) mesmas (os) enquanto participantes da pesquisa, visando a continuidade de tais profissionais na assistência social em Porto Seguro; de modo que as(os)

mesmas(os) poderão ser multiplicadores das ações propostas no projeto de pesquisa com a população usuária e demais profissionais que compõem as equipes de atendimento, à medida que as equipes forem complementadas e os serviços retomados.

Os (as) profissionais da assistência social atuam de acordo com o que regulamenta e normatiza a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993 que concretiza as diretrizes da Constituição Federal e define a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, Política de Seguridade Social não contributiva que deve prover os mínimos sociais e é realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade no intuito de garantir o atendimento às necessidades básicas. Logo, a assistência social, a fim de atender as demandas sociais, é organizada por níveis de proteção social: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de Média e Alta Complexidade. A PSB é responsável pela realização de serviços, programas e projetos de prevenção de risco e assistência básica para pessoas em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os serviços ofertados pela PSB são executados pelos CRAS, unidades descentralizadas implementadas nos territórios com maior índice de vulnerabilidade social e, desta forma, configuram-se como a porta de entrada para os serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Os serviços ofertados pela Proteção Social de Média Complexidade são aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado”, executados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social. (PNAS, 2004)

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência

e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. (PNAS, 2004)

O CRAS, unidade responsável pela execução dos Serviços de Proteção Social Básica, possui estreita interlocução com as unidades de atendimento da assistência social responsáveis pela execução dos serviços ofertados pela Proteção Social Especial, como o CREAS, CRAM e Centro Pop, através do processo de referência, quando o CRAS realiza encaminhamento para os níveis de maior complexidade e contrarreferência, exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) e garante a inserção do usuário⁶ em serviço, benefício, programa e/ou projeto de proteção social básica. (BRASIL, 2011).

Considerando esse contexto, e as etapas delineadas na pesquisa, como procedimento inicial utilizamos um questionário diagnóstico virtual (Apêndice 1), por meio da plataforma *Google forms*, disponibilizado na primeira quinzena de março de 2022 ao total de 63 (sessenta e três) profissionais técnicas/os atuantes nos oito CRAS, CREAS, CRAM, Centro Pop, Abordagem Social e Alta Complexidade de Porto Seguro. Tal questionário visou obter informações iniciais sobre suas percepções em torno da existência de discussão acerca do racismo, a ocorrência de participação em processos formativos referentes às relações étnico-raciais e o interesse nesta temática, e, ainda, como percebem a classificação étnico-racial da maioria da população atendida e, por fim, se identificam a relação entre as categorias raça e classe. Para fins de identificação/percepção étnico-racial das(os) técnicas(os) e dos usuários dos serviços ofertados pela Assistência Social municipal utilizamos a categorização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁶ “Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social”. (BRASIL, 2009, p.33)

Tal questionário foi disponibilizado por *whatsapp* aos referidos profissionais, tendo recebido 46 (quarenta e seis) respostas, que são apresentadas sinteticamente a seguir. Tal material é importante, na presente pesquisa, para identificar eventuais lacunas formativas e o interesse inicial das/os profissionais na participação nas oficinas, que constituirão a etapa subsequente dessa pesquisa e serão fundamentais para a construção do produto final/caderno formativo de forma coletiva com as/os técnicas atuantes no município.

O questionário foi organizado em três sessões, sendo a primeira consistente no convite para participação na pesquisa com a descrição do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (o qual garantiu o anonimato e o sigilo das/os participantes da pesquisa), a segunda intitulada “Dados gerais” dos/as participantes da pesquisa e a terceira “Perguntas sobre o tema da pesquisa de mestrado”. Com isso, foram estruturadas 9 (nove) perguntas fechadas/múltipla escolha, que geraram gráficos respectivos, e uma parte final aberta opcional para livres comentários e sugestões de forma dissertativa. Entende-se que tal material será relevante para futuras análises que subsidiarão a elaboração das propostas de oficinas e do produto final.

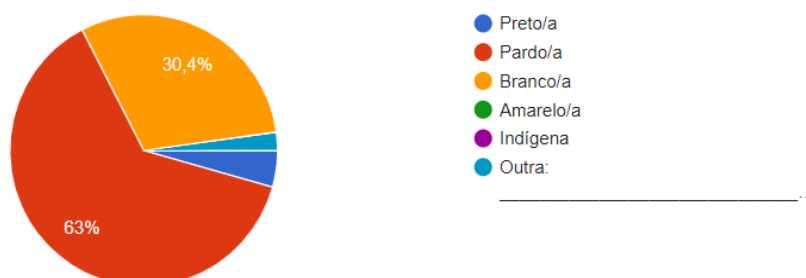
Como síntese geral das respostas recebidas, entre 46 técnicas (os) que responderam o questionário, 29 (63%) se autodeclararam pardas (os), 14 (30,4%) brancas (os) e 02 (4,3%) se autodeclararam pretas (os) e, entre estes participantes, 35 (76,1%) se declararam mulher cisgênero e 11 (23,9%) homem cisgênero. No tocante ao tempo de ingresso na assistência social em Porto Seguro, 28 (60,8%) trabalhadoras (es) afirmaram que tal ingresso ocorreu há menos de 02 anos, 09 (21,74%) trabalham entre 08 e 09 anos e 05 (10,9%) trabalham há mais de 09 anos no município. Sobre a ocorrência de discussão sobre o racismo no cotidiano da unidade na qual trabalham, 25 (54,3%) das (os) trabalhadoras (es) afirmaram tratar sobre o tema apenas em datas comemorativas, ao passo que 11 (23,9%) responderam não haver discussão sobre o tema e com menor incidência 08 (17,4%) expressaram trabalhar a temática do racismo durante todo o ano. No que tange a planejar as atividades considerando as especificidades da população negra, 26 técnicas (os) (56,5%) responderam que os planos de ação não fazem a referida consideração e 16

(34,8%) das (os) participantes expressaram acreditar que as situações de vulnerabilidade social estão mais diretamente ligadas à questão de classe e, por isso, não planejam ações considerando as refrações do racismo vivenciadas pelas pessoas negras. Em seguida, as (os) participantes foram questionadas (os) se já participaram de processos formativos sobre racismo/relações étnico-raciais, ao que 28 (60,9%) responderam nunca ter participado deste tipo de processos formativos sobre o tema supracitado, 10 (21,7%) expressaram já ter participado de algum tipo de curso sobre este tema, por iniciativa própria, somente 07 (15,2%) relataram ter participado de cursos sobre racismo/relações étnico-raciais ofertados pela gestão municipal da assistência social. No que tange ao desejo em participar de processos formativos sobre racismo/relações étnico-raciais, 45 (97,8%) das (os) entrevistadas (os) expressaram tal anseio. Referente a como as (os) técnicas (os) percebem a classificação étnico-racial da população usuária dos serviços, 28 (60,9%) expressam que a mesma é constituída por pessoas pardas e 18 (39,1%) por pessoas negras. Por fim, foi questionado sobre a percepção de relação entre raça e classe, sendo que 39 (84,8%) das (os) participantes afirmaram perceber tal relação, 05 (10,9%) expressaram não ser possível fazer essa afirmação e 02 (4,3%) responderam não haver relação entre raça e classe. A seguir, é apresentada a síntese das respostas obtidas por pergunta a partir do referido questionário.

Gráfico 01 - Autodeclaração étnico-racial das/os entrevistadas/os

1. Qual é a sua autodeclaração étnico-racial?

46 respostas



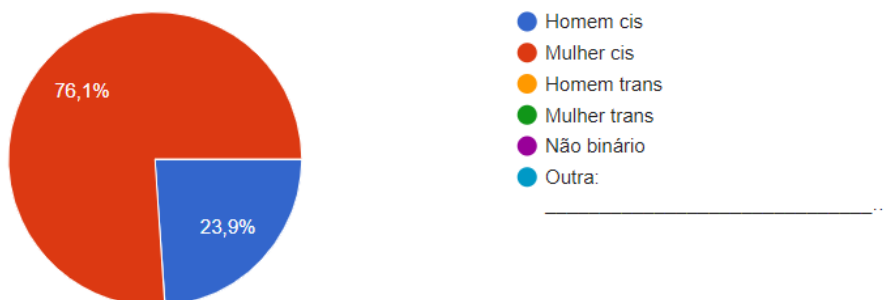
Fonte: gráfico elaborado pelo Google forms a partir das respostas recebidas.

Entre as 46 respostas obtidas, 29 pessoas se autodeclararam pardas, 14 brancas e 02 pessoas se autodeclararam pretas.

Gráfico 02 - Identidade de Gênero das/os entrevistadas/os

2. Qual sua identidade de gênero?

46 respostas



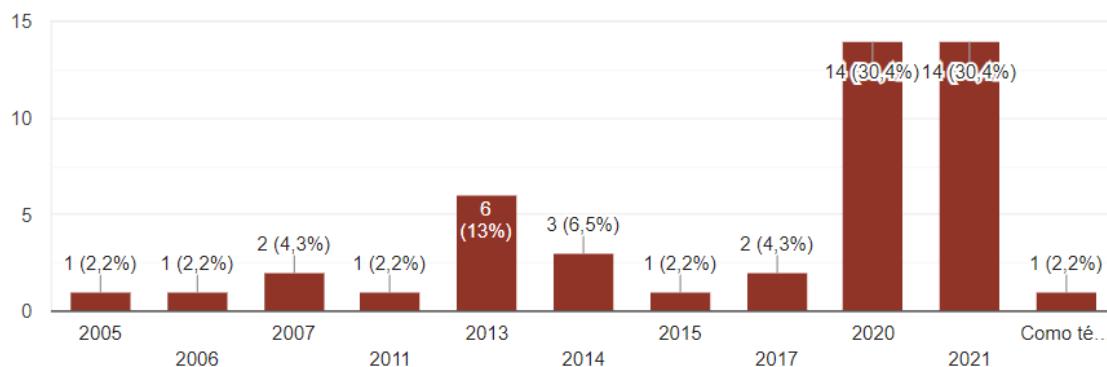
Fonte: gráfico elaborado pelo Google forms a partir das respostas recebidas.

Entre as (os) participantes da pesquisa, 35 pessoas se declararam mulher cisgênero e 11 se declararam homem cisgênero.

Gráfico 03 - Ano de ingresso no trabalho da Assistência Social em Porto Seguro

3. Em que ano você ingressou no trabalho da Assistência Social em Porto Seguro?

46 respostas



Fonte: gráfico elaborado pelo Google forms a partir das respostas recebidas.

Entre as (os) 46 trabalhadoras (es) que responderam o questionário, 28 ingressaram na assistência social de Porto Seguro há menos de 02 anos, 09

trabalham entre 08 e 09 anos e apenas 05 trabalham há mais de 09 anos no município. Os longos períodos sem realização de concurso público, originando vínculos de trabalho fragilizados são indicativos da alta rotatividade das equipes técnicas da assistência social em Porto Seguro.

Gráfico 04 - Presença ou ausência de discussão sobre o racismo

1. A temática do racismo é discutida/trabalhada na unidade na qual você está inserida/o?

46 respostas



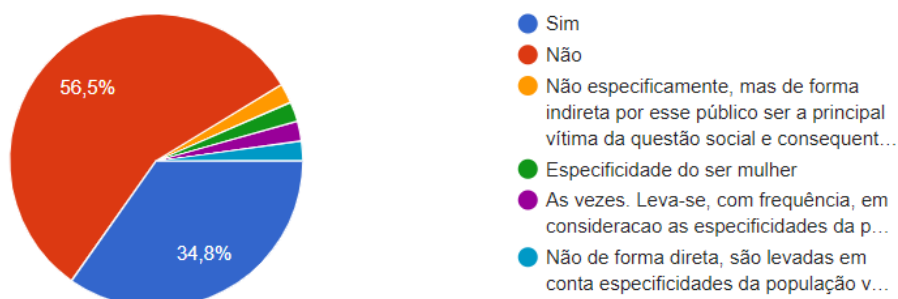
Fonte: gráfico elaborado pelo Google forms a partir das respostas recebidas.

No tocante à presença de discussão sobre o racismo no cotidiano profissional, 25 trabalhadoras (es) afirmaram tratar sobre o tema apenas em datas comemorativas, enquanto 11 responderam não discutir sobre a temática supracitada. Apenas 08 técnicas (os) afirmaram trabalhar a temática do racismo durante todo o ano. Um (a) participante da pesquisa elencou ocorrência de produção de material sobre o racismo, porém, sem análise crítica e/ou discussão sobre a temática.

Gráfico 05 - Atividades do trabalho e especificidades⁷ da população negra

2. As atividades do trabalho são planejadas levando em consideração as especificidades da população negra?

46 respostas



Fonte: gráfico elaborado pelo Google forms a partir das respostas recebidas.

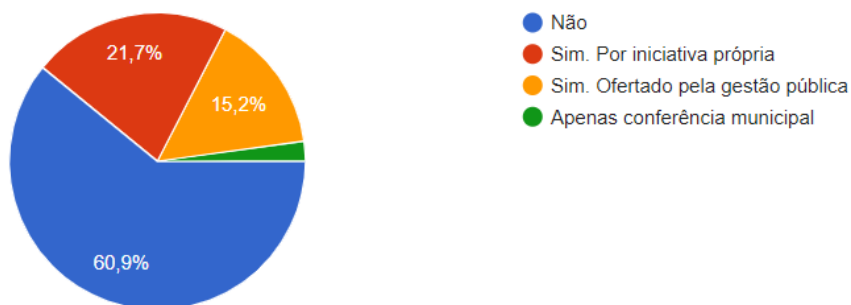
Mais da metade das (os) técnicas (os) entrevistadas (os), o que equivale a 26 pessoas responderam que as atividades de trabalho não levam em consideração as expressões oriundas do racismo vivenciadas pela população negra. Em segunda colocação, 16 participantes afirmaram não realizar atividades contextualizadas com a realidade/vivência da população negra, pois entendem as situações de vulnerabilidade social como uma questão de classe, em detrimento da categoria raça.

⁷ Neste item utilizamos a expressão “especificidades da população negra” para nos referir às dificuldades enfrentadas pelas pessoas negras, oriundas do racismo estrutural, como: desemprego, subemprego, baixa renda, nulo ou pouco acesso a direitos, marginalização, entre outras expressões do racismo vivenciadas no cotidiano desta população.

Gráfico 06 - Participação em capacitação/curso sobre racismo/relações étnico raciais

3. Já participou de capacitação ou outro tipo de curso sobre racismo/relações étnico-raciais?

46 respostas



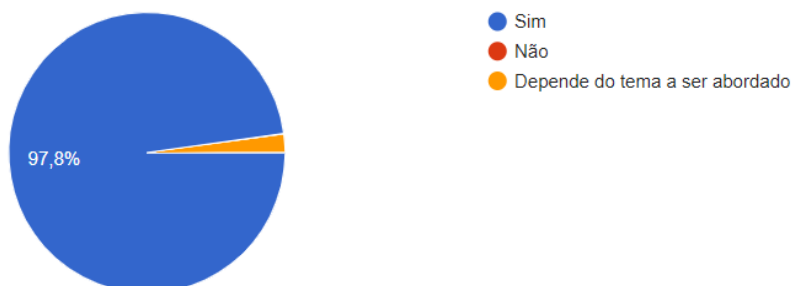
Fonte: gráfico elaborado pelo Google forms a partir das respostas recebidas.

Entre as (os) técnicas(os) que responderam o questionário, 28 responderam nunca ter participado de processos formativos sobre racismo/relações étnico-raciais. 10 entrevistadas (os) afirmaram já ter participado de algum curso sobre a referida temática, por iniciativa própria e apenas 07 participantes relataram participação em processos formativos sobre racismo/relações étnico-raciais ofertados pela gestão municipal da Assistência Social.

Gráfico 07 - Interesse em participar de processos formativos sobre racismo/relações étnico-raciais

4. Você tem interesse em participar de cursos, oficinas ou outros processos educativos sobre racismo/relações étnico-raciais?

46 respostas



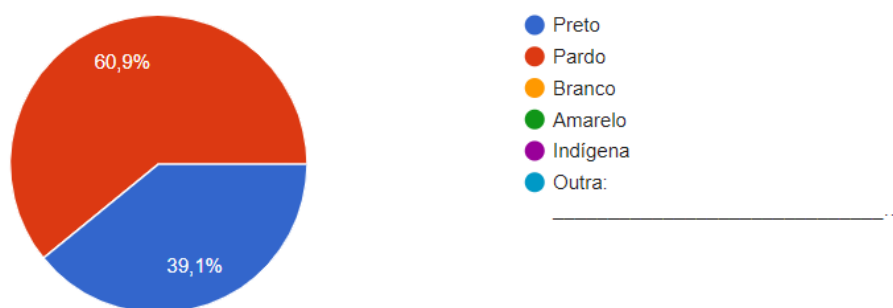
Fonte: gráfico elaborado pelo Google forms a partir das respostas recebidas.

No que tange à participação em processos formativos sobre racismo/relações raciais a maioria, 45 técnicas (os), expressaram interesse em atividades educativas sobre o tema supracitado.

Gráfico 08 - Percepção étnico-racial⁸ do público atendido na Assistência Social em Porto Seguro

5. No que se refere à classificação étnico-racial, como você identifica/percebe o público majoritário atendido na unidade na qual está inserida/o?

46 respostas



Fonte: gráfico elaborado pelo Google forms a partir das respostas recebidas.

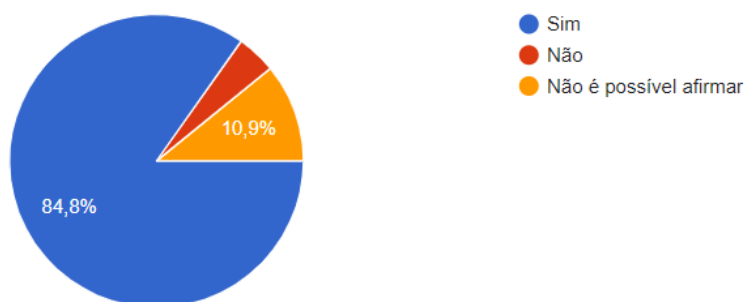
Quanto à percepção sobre a classificação étnico-racial das (os) usuárias (os) dos serviços ofertados pela assistência social em Porto Seguro, 28 técnicas (os) percebem tais usuárias (os) como pessoas negras e 18 técnicas (os) percebem como pessoas pardas. Considerando que este projeto de pesquisa e intervenção utiliza a categorização étnico-racial do IBGE, pode-se afirmar no que tange à percepção das (os) profissionais, que o público majoritário da assistência social é constituído majoritariamente por pessoas negras.

⁸ Consideramos categorização racial, conforme o IBGE.

Gráfico 09 - Percepção da relação entre as categorias raça e classe

6. Considerando o público majoritário atendido na Assistência Social municipal, você acredita haver relação entre as categorias raça e classe?

46 respostas



Fonte: gráfico elaborado pelo Google forms a partir das respostas recebidas.

Quando questionadas (os) sobre a relação entre as categorias raça e classe, 39 técnicas (os) participantes da pesquisa afirmaram perceber tal relação. 05 profissionais expressaram não ser possível fazer tal afirmação e apenas 02 técnicas (os) acreditam não haver relação entre raça e classe.

Na parte final do questionário foi disponibilizado espaço opcional para sugestões, críticas e livres comentários de forma optativa, na qual 14 participantes da pesquisa expressaram a importância do tema abordado, elencando também a relação entre raça, baixa escolaridade e subempregos como desdobramentos do racismo. Dentre comentários diversos, como agradecimentos e relevância acerca do tema da pesquisa, houve expressões de que o público majoritário usuário dos serviços ofertados pela assistência social é constituído por pessoas pardas/negras e que apesar de tal percepção empírica pouco se discute sobre as relações raciais no âmbito desta Política Pública no município. As (os) participantes pontuaram ainda, a relevância em se trabalhar também com as (os) usuárias (os) da assistência social municipal, considerando que muitas pessoas não se reconhecem como pessoas negras e desconhecem o histórico do racismo e suas maléficas reverberações na vida da população negra. Ainda, participante da pesquisa que se declarou facultativamente como atuante em unidade de Proteção Social de Média

Complexidade (CREAS) expressou que as violências sofridas pelo público atendido são decorrentes de outros fatores, para além do racismo, o que reforça nossa percepção sobre a necessidade de uma análise crítica sob prisma interseccional.

5.2 Rodas de conversa sobre as relações étnico-raciais: o percurso metodológico da construção de um Caderno formativo

Para a execução das rodas de conversa – etapa fundamental na realização da pesquisa-ação pretendida, pois diretamente relacionada à construção do produto final do mestrado profissional - nos inspiramos na pedagogia de Paulo Freire (1967), com metodologia dialogada e cujo ponto de partida é sempre a realidade vivenciada pelos sujeitos no intuito de elaborarmos de forma conjunta um caderno formativo a partir dos debates realizados com as (os) profissionais atuantes no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Arraial d'Ajuda de forma dialógica, participativa e propositiva, realizando problematização e contextualização do tema, bem como avaliação de cada atividade.

Desta forma, como propostas de atividades que integraram a intervenção, realizamos 4 (quatro) rodas de conversa de forma presencial, com a duração média de 01h30min cada. Passamos, assim, a descrever brevemente o cenário de cada uma delas.

No dia 28 de junho de 2022 realizamos a primeira Roda de Conversa, que contou com 4 participantes, cujo tema foi “Apresentação e levantamento de conhecimentos prévios” e objetivou de apresentar a proposta formativa e também o projeto de pesquisa que a antecedeu, assim como levantar conhecimentos prévios e iniciar um debate crítico sobre racismo, raça, classe e gênero.

A segunda Roda de Conversa, com 5 participantes, foi realizada no dia 08 de dezembro de 2022 com o tema “discutindo as desigualdades raciais e sociais”, em continuidade à primeira, levando-se em conta o levantamento realizado sobre os conhecimentos prévios das pessoas participantes; e para o

debate foram pesquisadas evidências, conceitos e dados sobre as desigualdades raciais e sociais no Brasil, mediando-se metodologia com dinâmica participativa.

No dia 22 de dezembro de 2022 realizamos a terceira roda de conversa, que contou com 7 participantes, sob o tema “Enfrentamento ao racismo no cotidiano da assistência social (parte 1/2)” no intuito de discutir e construir estratégias de enfrentamento ao racismo no cotidiano da assistência social municipal, com foco na elaboração do presente produto final proposto nesta pesquisa com utilização da técnica 5W2H possibilitando a equipe técnica do CRAS Arraial d’Ajuda colaborar em diferentes aspectos do prospectivo caderno formativo. Optamos pela utilização da técnica 5W2H por se tratar de uma ferramenta utilizada e disponibilizada pelo Setor de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social de Porto Seguro em outra atividade educativa junto às equipes técnicas e por ter se mostrado como uma eficiente técnica na construção coletiva de planos de ação. Realizamos, também, diálogo sobre conceitos-chave e dúvidas que permearam as discussões sobre relações étnico-raciais a serem abordados no caderno formativo, elencando alguns conceitos-chave que surgiram no decorrer das três atividades realizadas com a equipe do CRAS Arraial d’Ajuda, como raça, racismo, racismo estrutural, interseccionalidade, mito da democracia racial e educação permanente.

A quarta Roda de Conversa, com 5 participantes, foi realizada no dia 12 de janeiro de 2023 com tema “Enfrentamento ao racismo no cotidiano da assistência social (parte 2/2)”, iniciando com uma explicação sobre a metodologia, debate amplo sobre cada elemento da técnica 5W2H em grupo com o objetivo de definir coletivamente com a equipe possíveis ações e etapas de efetivação de práticas de enfrentamento ao racismo no cotidiano da assistência social, desde o acolhimento até o acompanhamento, encaminhamentos e as intervenções junto às pessoas, famílias e comunidades usuárias da política.

Durante todo o processo formativo junto à equipe do CRAS Arraial d’Ajuda, nos deparamos com diferentes desafios e, conseqüentemente, com a

necessidade em identificar possibilidades existentes e reinventar novas possibilidades. Em alguns momentos, tentamos realizar a atividade usando a plataforma virtual *Miro* no intuito de ser um processo mais dinâmico e mediado por dispositivos eletrônicos, mas devido à baixa qualidade da internet disponibilizada no CRAS Arraial d'Ajuda, não foi possível utilizar a referida plataforma digital. Diante deste obstáculo, foi necessário mudar a estratégia para execução da atividade e, deste modo, usamos os poucos materiais disponíveis no CRAS (papel Kraft branco, cartolinas, pincel atômico, caneta hidrocor e fita adesiva) para que a atividade pudesse ocorrer de forma dinâmica e participativa.

A realização de atividades com foco na educação permanente no âmbito da assistência social municipal possibilita, a partir de nossa experiência e pesquisa, trabalhar com a equipe técnica da unidade de atendimento questões que configuram a realidade social de pessoas, famílias e comunidades usuárias dos serviços socioassistenciais em dado território. Tomar as relações étnico-raciais como tema para atividades educativas tem estreita relação com a conjuntura social da população atendida, considerando que diversas categorias analíticas, como raça, classe e gênero desempenham um intrínseco papel na retroalimentação do racismo.

Desta forma, quando consideramos tais temáticas junto às equipes, construímos espaços para debate sobre as relações étnico-raciais no Brasil, promovemos momentos de reflexão sobre a realidade social e ampliamos o entendimento do porque o público majoritário atendido pela assistência social é constituído por pessoas negras, em especial, por mulheres negras. A partir de uma análise crítica da realidade histórica da sociedade brasileira, há a possibilidade em planejar ações e intervenções coletivas evitando julgamentos, além de sermos profissionais propositivas (os) e não apenas executoras (es), tarefas (os) e/ou tecnicistas.

Outro aspecto relevante quando executamos atividades educacionais é a possibilidade de fortalecimento de vínculos entre os membros da equipe, a construção coletiva dos planos de ação e estratégias de futuras intervenções

com participação do público usuário dos serviços ofertados pela assistência social neste processo.

Em contrapartida, não podemos ignorar os diversos desafios que estão postos no cotidiano profissional, em especial o histórico desmonte das políticas públicas, que se acirrou de forma latente nos últimos 04 (quatro) anos nos quais o Brasil ficou sob o um governo negacionista, excludente e de caráter extremamente privatista. Neste sentido, configuram-se como desafios para a execução de atividades educativas de caráter continuado no âmbito da assistência social municipal: baixo quadro de recursos humanos nas unidades (equipe mínima incompleta); extenso território de abrangência das unidades de atendimento; falta de equipamentos básicos (*notebook, datashow*, materiais de escritório, internet com qualidade, impressora a cores, entre outros); precariedade do espaço físico das unidades de atendimento (infiltrações, falta de salas adequadas para trabalho coletivo, problemas elétricos e hidráulicos etc.) e sobreposição de demandas que dificultam tirar tempo para realização de momentos de estudo. Levando em consideração o contexto de desmonte da política pública de assistência social e os desafios postos no cotidiano profissional em âmbito nacional, é importante nos atentarmos à admoestação realizada por Iamamoto (2000) no que diz respeito aos desafios para atuação da (o) assistente social:

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2000, p. 20)

Considerando que a política pública de Assistência Social comporta outras categorias profissionais, a admoestação de Iamamoto (2020) elencada acima, aplica-se não somente às (aos) assistentes sociais, mas também a todas (os) trabalhadoras (res) do Sistema Único de Assistência Social .

5.3 O produto educacional da pesquisa: “Entre Frutos Colhidos e Novas Sementes: Rodas de Conversa, uma Proposta Interseccional de

Enfrentamento ao Racismo na Assistência Social” - conteúdo e socialização

Como abordado anteriormente, encontramos pouca literatura produzida por órgãos governamentais ou conselho profissional sobre relações étnico-raciais e enfrentamento ao racismo com foco na assistência social (política pública), sendo que os dois materiais mais relevantes encontrados foram as campanhas de enfrentamento ao racismo produzidas pelo conjunto CFESS-CRESS durante as gestões de 2014-2017 e 2017-2020, porém, tendo apenas assistentes sociais como público-alvo. Neste sentido, no percurso da pesquisa optamos por elaborar como produto final um caderno formativo direcionado a todas (os) trabalhadores (as) da assistência social municipal, contemplando e convidando as diferentes categorias profissionais e níveis educacionais atuantes nas unidades de atendimento desta política pública a pensar e construir estratégias de enfrentamento ao racismo de forma coletiva no cotidiano profissional. Devido à falta de recursos financeiros, adotamos a ideia de produzir o caderno formativo em versão virtual por ter um custo bem menor e, principalmente, pela facilidade em compartilhar o material de forma rápida e ampla através do uso da internet.

Após a organização e análise das informações obtidas a partir da aplicação do questionário diagnóstico inicial com técnicas (os) de todas as unidades de atendimento da assistência social em Porto Seguro e sistematização dos resultados obtidos, foram planejadas e realizadas as rodas de conversa com a equipe técnica do CRAS Arraial d'Ajuda – que culminaram, portanto, no produto, por se tratar do espaço de trabalho e diálogo mais direto do pesquisador como coordenador, cujo espaço formativo, coletivo e dialogal foi balizador da construção do produto final - caderno formativo.

O produto final intitulado “Assistência Social, Raça, Classe, Gênero e Educação Permanente: Rodas de Conversa, Uma Estratégia Interseccional de Enfrentamento ao Racismo na Assistência Social” foi construído a partir do discutido e abordado coletivamente nas rodas de conversa realizadas no CRAS Arraial d'Ajuda, possibilitando o debate coletivo da proposta constante no produto final, que poderá ser replicado nas demais unidades de atendimento da

assistência social em Porto Seguro. O produto final poderá ser utilizado também como um recurso de apoio ao Setor de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social de Porto Seguro no intuito de proporcionar momentos de estudo, reflexões e fomentar junto às (aos) técnicas (os) atuantes nas unidades da assistência social em Porto Seguro a imprescindível necessidade de reconhecer a correlação entre as relações étnico-raciais e as diversas situações de vulnerabilidades sociais enfrentadas pela população negra, possibilitando novos estudos, intervenções críticas, propositivas e de acordo com as demandas emergentes da realidade social.

O produto final está organizado, inicialmente, em uma sessão que aborda uma reflexão introdutória sobre os marcadores sociais de raça, classe social e gênero, que se apresentam enquanto aspectos predominantes entre o público majoritário atendido pela assistência social em Porto Seguro. Na sequência, descrevemos quatro propostas de rodas de conversa que foram experimentadas ao longo do percurso investigativo do mestrado e poderão ser replicadas nas demais unidades de atendimento da assistência social, assim como utilizadas como inspiração para outras práticas análogas. Por fim, elencamos sugestões de leituras, vídeos, formulário utilizado para iniciar o debate e formulário para avaliação da atividade executada.

Neste sentido, como resultado da quarta roda de conversa, utilizando a técnica 5W2H, os participantes apresentaram sugestões conforme quadro abaixo.

Quadro 3. Produto Final: Sugestões das (os) participantes

Técnica 5W2H	Sugestões das (os) participantes da pesquisa
O quê?	Caderno Formativo

Quem?	- Coordenador/pesquisador em conjunto com a equipe técnica do CRAS Arraial d'Ajuda e equipe do Programa Criança Feliz do território; - Equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social; - Funcionários públicos (diretamente) e usuárias (os) (indiretamente).
Onde?	- Nos CRAS e demais unidades de atendimento da assistência social; - Escolas, Postos de Saúde e praças públicas visando atingir um maior número de pessoas com as informações.
Porquê?	- Para ampliar a informação de forma objetiva construtiva; - Ausência de materiais sobre o tema; - Para ajudar na construção de uma cidade antirracista e valorizar o povo preto; - Perpetuar e difundir conversas para aumentar a igualdade racial; - Para discutir sobre o racismo cotidianamente e prevenir atos racistas na instituição e sociedade.
Quando?	- Permanentemente/constantemente; - Após conclusão das rodas de conversa no CRAS Arraial d'Ajuda (projeto piloto); - No tempo necessário para a execução.

Como?	- Rodas de conversa; - Palestras; - Seminário ou oficinas com utilização de slides; - Reunindo os pontos discutidos durante as rodas de conversa e material de pesquisa lido ao longo da experiência do pesquisador no mestrado (PPGER); - Através de ideias e discussões em reuniões do próprio CRAS.
Quanto? (Recursos Materiais)	- Material de escritório; - Computador e impressora; - Internet; - Busca de patrocínio para uma versão impressa do caderno formativo.
Recursos Humanos	- Equipe CRAS e Programa Criança Feliz; - Professores e alunos; - Formadores de opinião na sociedade.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de roda de conversa.

Diante disso, a nossa principal proposta de socialização do produto final é a utilização de meios e estratégias digitais, enviando aos setores e equipamentos pertencentes à assistência social em Porto Seguro através de *E-mail* e/ou plataforma 1 Doc⁹ na qual todas (os) técnicas (os) possuem login e

⁹ 1 Doc é uma plataforma digital utilizada pela Prefeitura Municipal de Porto Seguro. Fundada em 2015 a 1Doc é uma plataforma SaaS de processos digitais que conecta atendimento, comunicação e gestão documental em um só lugar, elimina o papel como veículo da informação, gera economia, preserva o meio ambiente e leva produtividade, controle e segurança para resolução das demandas do dia a dia de trabalho. Disponível em: <https://1doc.com.br/sobre/>

senha pessoal de acesso para comunicação oficial entre as diversas unidades de atendimento e seus respectivos profissionais. Ainda, pretende-se reforçar sua difusão às coordenações das unidades da política de assistência social do município.

Como mencionado na apresentação desta pesquisa, a temática do racismo foi um dos temas destacados pelas (os) profissionais durante levantamento realizado pelo Setor de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Porto Seguro para ser trabalhado enquanto processo formativo através do referido setor, sendo que, em meados de 2021 fui convidado pelo Setor de Educação Permanente para participar como elaborador e mediador de prospectivos processos formativos referentes às relações étnico-raciais, considerando minha inserção no PPGER e o tema que escolhi para pesquisa de mestrado, ao lado da proposta de produto final. Desta forma, como proposta inicial do uso prático do produto final refere-se à ação do pesquisador em replicar as rodas de conversa junto às demais equipes de atendimento da assistência social em Porto Seguro e fomentar que essas equipes adaptem e efetivem as propostas contidas no produto final com usuárias (os) participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, coletivo de famílias inseridas em acompanhamento familiar e demais atividades coletivas executadas pela unidade de atendimento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta dissertação foi examinar a relação entre as categorias analíticas de raça, classe e gênero, que se configuram como aspectos predominantes entre o público majoritário atendido pela assistência social em Porto Seguro e a necessidade de que esta análise componha processos formativos de educação permanente das (os) profissionais atuantes nesta política pública. Para tanto, teve como objetivo discutir as relações étnico-raciais no âmbito da assistência social e na educação permanente das (os) técnicas (os) a partir da mobilização, principalmente, de autoras (es) negras (os), conhecer as percepções das (os) técnicas (os) da assistência social do município de Porto Seguro sobre racismo, raça, classe e gênero em seu trabalho cotidiano, identificar a necessidade e interesse formativo sobre o tema, além de construir, de forma coletiva com estas (es) profissionais, um caderno formativo virtual que aborda temas e conceitos afetos às relações étnico-raciais em diálogo com a política de assistência social.

Neste sentido, foi imprescindível o contato inicial com as equipes técnicas das diversas unidades de atendimento da assistência social em Porto Seguro, através de questionário virtual de cunho diagnóstico na presente pesquisa-ação, pois as respostas obtidas possibilitaram identificar, objetivamente, lacunas nos processos formativos na política pública de assistência social no que tange às relações raciais e o enfrentamento ao racismo. Complementando as percepções oriundas do questionário inicial, a pesquisa bibliográfica realizada demonstrou que há reduzidas produções acadêmicas sobre as relações étnico-raciais com foco na assistência social e, além disso, as produções realizadas em formato de campanhas de enfrentamento ao racismo pelo Conjunto CFESS-CRESS sobre o tema, tomaram como público-alvo apenas assistentes sociais, não convidando as demais categorias profissionais que compõem a assistência social a se envolverem neste importante debate.

Diante deste cenário, apreendemos as produções acadêmicas e materiais de campanhas realizadas pelo conjunto CFESS-CRESS na perspectiva de contextualizar o conteúdo dessas produções no âmbito da

assistência social municipal, contemplando a participação não apenas de assistentes sociais, mas também de psicólogas (os) e demais profissionais atuantes nesta política pública. Para tanto, iniciamos projeto piloto com a equipe técnica atuante no CRAS Arraial d'Ajuda, unidade de atuação deste pesquisador, utilizando rodas de conversa como metodologia para confluir a pesquisa-ação e realizar uma análise interseccional das categorias raça e gênero com a condição de classe para entendermos como as mesmas se relacionam e produzem camadas mais severas de discriminação e exclusão social, no intuito de compreendermos melhor porque o público majoritário atendido pela assistência social é constituído por pessoas negras, em especial, por mulheres negras e como planejar intervenções antirracistas em nosso cotidiano profissional.

Durante a realização das rodas de conversa junto à equipe técnica do CRAS Arraial d'Ajuda, de forma dialogada e participativa, consideramos os conceitos de raça, racismo, racismo estrutural, classe, interseccionalidade, maioria minorizada e mito da democracia racial com base em autoras e autores que tratam sobre o tema das relações raciais. Para tanto, utilizamos dinâmicas, vídeos, documentários e dados estatísticos que auxiliaram na dinamicidade e apreensão dos conteúdos trabalhados, possibilitando que as (os) profissionais expressassem seus conhecimentos, experiências e vivências, contribuindo para o debate e construindo coletivamente uma prática profissional antirracista.

Entende-se que a metodologia adotada corroborou às expectativas propostas na pesquisa, pois possibilitou envolvimento das diferentes categorias profissionais atuantes no CRAS Arraial d'Ajuda, que através de questionários de avaliação expressaram estarem satisfeitos com a proposta de rodas de conversa para uma análise interseccional de enfrentamento ao racismo na assistência social. Considerando o êxito obtido no projeto piloto, realizaremos socialização do produto final via internet e replicaremos as rodas de conversa nas outras unidades da assistência social de Porto Seguro, ao longo do ano de 2023, como um pontapé para fomentar o debate permanente das relações raciais e enfrentamento ao racismo no âmbito desta política pública, além de incentivar que as equipes repliquem a proposta, de forma adaptada, nas atividades coletivas realizadas em suas respectivas unidades de atendimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BORGES, Rosane da Silva. Mídia, racismos e representações do outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. In BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane da Silva (Orgs.). **Mídia e Racismo**, Petrópolis (RJ): DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012.

BRAMBILLA, Beatriz Borges. **Um Nó Escamoteado: A dimensão subjetiva da desigualdade social e seus desdobramentos na política de Assistência Social**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019.

BRASIL. **Código de Ética dos Profissionais de Assistência Social**. 1993.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 1993

BRASIL. **Ministério da Cidadania**. Cadastro Único. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: 04 de abr. de 2022.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social - MDS**. Cartilha SUAS Sem Racismo: Promoção da Igualdade Racial no Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2018.

BRASIL. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2012

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2011.

BRASIL. **POLÍTICA DE Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2014.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo : Boitempo, 2020.

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante: Mito e Realidade**. Brasília, 1982, p. 80

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013, p. 169

FERREIRA, Stela da Silva. Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social: gestão democrática para uma ética pública. Tese de Doutorado, 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Plageder, 2009. Disponível em: <<http://meiradarocha.jor.br/news/tcc/files/2017/12/Gerhardt-e-Silveira.-M%C3%A9todos-de-Pesquisa-EAD-UFRGS.pdf>>. Acesso em: 08 de abr. de 2022

GOMES, Maria Elasir S.; BARBOSA Eduardo F. A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos. **Educativa**. 1999. p. 1-7

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, uma breve discussão. [Açãoeducativa.org.br](http://acaoeducativa.org.br), 2012.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. In: Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Revista **Brasileira de Ciência Política**, [online]. 2015, n.16. Brasília, janeiro – abril de 2015, p.193-210

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**, 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

IGLESIAS, Juliana. “Coord.” **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**, Brasília: CFESS, 2012.

MBEMBE. Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa/Portugal: Antígona Editora Refractários, 2014.

MBEMBE. Achille. **Políticas da Inimizade**. São Paulo, SP: N - 1 edições, 2020.

MILANEZ, Felipe et al. Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 10, N. 03, 10 de jul. de 2019, p. 2161-2181.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução . Niterói: EDUFF, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: _____.(org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOURA, Clóvis. Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. **Afro-Ásia**, nº 14, p. 124-137.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade**: uma Abordagem Epistemológica Inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NASCIMENTO. Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: Processo de um Racismo Mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PEREIRA, Glauber Viana. **A Interseccionalidade e os Marcadores Sociais de Raça, Classe e Gênero nas Concepções e Práticas de Profissionais e Ususários de Centros de Referência de Assistência Social do Município de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Saúde) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SANTOS, Richard. **Branquitude e televisão: a nova África (?) na tv pública**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

SANTOS, Richard. **Maioria Minorizada: Um Dispositivo Analítico de Racialidade**. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

STRINGER, E. T. Action Research: a Handbook for Practitioners. Sage, 1996.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Cortez, 1986.

APÊNDICE – Questionário virtual inicial

Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais - PPGER



CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA DE MESTRADO - UFSB/PPGER

O presente formulário online, elaborado em fevereiro de 2022, destina-se a convidar profissionais atuantes nas equipes técnicas de nível superior das unidades de atendimento da Assistência Social de Porto Seguro (CRAS, CREAS, CRAM, Centro Pop) a participarem de forma voluntária, respondendo perguntas relacionadas a uma pesquisa de mestrado em andamento na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) - Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (PPGER), que tem como objetivo investigar a intersecção entre raça e classe enquanto aspecto presente entre as/os usuáries dos serviços ofertados pela Assistência Social no município. A pesquisa está em fase de elaboração e será concluída em 2023, quando será divulgada a data de sua banca de defesa e, depois de sua aprovação, inserida no repositório online de dissertações no portal do Programa: https://sig.ufsb.edu.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=234

Caso haja concordância em participar, pedimos, por favor, que responda às perguntas que seguirão até o dia 15/03/2022. Agradecemos, antecipadamente, e informamos a garantia do anonimato no recebimento e análise das respostas, disponibilizando também nossos contatos ao final do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que segue.

Portanto, convidamos você profissional atuante na Assistência Social Municipal a participar voluntariamente da pesquisa intitulada "Intersecção entre Raça e Classe na Assistência Social de Porto Seguro", realizada pelo pesquisador mestrando Paulo Henrique Passos Dutra, com orientação da Prof.ª Dra. Carolina Bessa Ferreira de Oliveira, vinculados ao PPGER da UFSB. O presente formulário é composto por 03 partes: 1ª) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; 2ª) Dados Gerais; 3ª) Perguntas sobre o tema da pesquisa de Mestrado.

1º PARTE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

1. Esta pesquisa pretende obter informações que possam subsidiar a análise da intersecção entre raça e classe na Assistência Social de Porto Seguro. Sua participação é voluntária, gratuita e se dará por meio de amostragem derivada de questionário online, garantindo-se o anonimato. Você não terá custos ao participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Os resultados da pesquisa serão analisados e integrados à pesquisa em elaboração, mas a sua identidade não será divulgada em nenhum momento, uma vez que será guardada em sigilo.

2. Não há riscos objetivos na sua participação. Essa pesquisa será conduzida por meio de questionários que não oferecem riscos a sua integridade física, mas entende-se que, por envolver questões subjetivas, relacionadas ao modo como você aprecia o tema, aos outros e seu entorno, poderá provocar algum desconforto em relação ao tempo exigido para respondê-lo virtualmente (em torno de 10 minutos) ou, ainda, no âmbito das emoções. Por isso, você tem plena liberdade de se recusar a respondê-lo e a participar do estudo. Além disso, mesmo aceitando participar, pode se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, abandonando o preenchimento do formulário, sem qualquer prejuízo pessoal, advindo do pesquisador ou dos locais onde trabalha ou estuda. O pesquisador se disponibiliza a prestar esclarecimentos sobre quaisquer dúvidas ou dificuldades advindas da participação nessa pesquisa. As informações que você vier a preencher serão mantidas em absoluto sigilo, de modo que somente o pesquisador e sua orientadora terão acesso a

elas, e sua identidade e privacidade serão preservadas, uma vez que você não precisará se identificar para preencher os questionários.

3. Caso ocorra algum desdobramento negativo em sua participação, será possível amenizar os riscos e contar com encaminhamento profissional às redes de atenção psicossocial da rede pública.

4. Se você aceitar participar, as respostas obtidas por esta pesquisa poderão contribuir para a análise e compreensão social e educativa sobre a intersecção entre raça e classe na Assistência Social de Porto Seguro. Se depois de consentir a sua participação você desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Para qualquer outra informação ou dúvida sobre a presente pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador e/ou com sua orientadora. Agradecemos e nos colocamos inteiramente à disposição!

Mestrando Paulo Henrique Passos Dutra - Email: paulohenriquecarey@gmail.com /

Whatsapp: 73 - 8102-4214

Orientadora Profa Carolina Bessa - Email: carolinabessa@gfe.ufsb.edu.br

Próxima

Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

Programa de Pós-Graduação em Ensino
e Relações Étnico-Raciais - PPGER



CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA DE MESTRADO - UFSB/PPGER

 cbessafo@gmail.com (não compartilhado) [Alternar conta](#)



*Obrigatório

Dados Gerais

Essa seção destina-se a conhecer o perfil geral das pessoas participantes dessa pesquisa

1. Qual é a sua autodeclaração étnico-racial? *

- ☐ Preto/a
- ☐ Pardo/a
- ☐ Branco/a
- ☐ Amarelo/a
- ☐ Indígena
- ☐ Outra: _____

2. Qual sua identidade de gênero? *

- ☐ Homem cis
- ☐ Mulher cis
- ☐ Homem trans
- ☐ Mulher trans
- ☐ Não binário
- ☐ Outra: _____

3. Em que ano você ingressou no trabalho da Assistência Social em Porto Seguro? *

Sua resposta _____

[Voltar](#)

[Próxima](#)

[Limpar formulário](#)

Perguntas sobre o tema da pesquisa de mestrado

Descrição (opcional)

1. A temática do racismo é discutida/trabalhada na unidade na qual você está inserida/o? *

- ☐ Não
- ☐ Sim, mas apenas em datas específicas
- ☐ Sim. Durante todo o ano
- ☐ Outros...

2. As atividades do trabalho são planejadas levando em consideração as especificidades da população negra? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outros...

3. Já participou de capacitação ou outro tipo de curso sobre racismo/relações étnico-raciais? *

- ☐ Não
- ☐ Sim. Por iniciativa própria
- ☐ Sim. Ofertado pela gestão pública
- ☐ Outros...

3.1. Em caso de resposta positiva, descreva brevemente o tipo de formação (tema, tempo de duração, organizadores e ano) na qual participou:

Texto de resposta longa

4. Você tem interesse em participar de cursos, oficinas ou outros processos educativos sobre racismo/relações étnico-raciais? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outros...

5. No que se refere à classificação étnico-racial, como você identifica/percebe o público majoritário atendido na unidade na qual está inserida/o? *

- ☐ Preto
- ☐ Pardo
- ☐ Branco
- ☐ Amarelo
- ☐ Indígena
- ☐ Outra: _____

6. Considerando o público majoritário atendido na Assistência Social municipal, você acredita * haver relação entre as categorias raça e classe?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não é possível afirmar
- ☐ Outros...

7. Com enorme gratidão por sua participação neste questionário, segue abaixo espaço opcional para comentários e sugestões livres:

Texto de resposta longa

.....





UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
Instituto de Humanidades Artes e Ciências
Campus Sosígenes Costa
Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais / PPGER

PAULO HENRIQUE PASSOS DUTRA

Entre frutos colhidos e novas sementes:

Rodas de conversa, uma proposta
interseccional para o enfrentamento ao
racismo na Assistência Social

Este material é parte da dissertação intitulada *Raça, Classe, Gênero e Educação Permanente na Assistência Social em Porto Seguro/BA*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia, na linha de pesquisa Relações Étnico-Raciais, Interculturalidade e Processo de Ensino Aprendizagem, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profª Drª Carolina Bessa Ferreira de Oliveira.

Design e diagramação: Daniele Almeida

Porto Seguro - BA
2023

Apresentação

Queridas (os) leitoras (es),

A presente proposta metodológica é direcionada a todas as pessoas que compõem as equipes técnicas das unidades de atendimento da assistência social, incluindo-se profissionais de nível médio e superior, e tem como objetivo fomentar a realização de atividades formativas enquanto uma estratégia de enfrentamento ao racismo, considerando a relação entre as categorias raça, classe social e gênero. Sugerimos este material como um instrumento que estimule as (os) trabalhadoras (es) a dialogar sobre o enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional e, possivelmente, multiplicar conhecimentos antirracistas com as (os) usuárias (os) dos serviços ofertados pela assistência social.

Este caderno poderá ser utilizado também como um recurso de apoio ao Setor de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social de Porto Seguro no intuito de proporcionar momentos de estudo, reflexões e construção coletiva de propostas de enfrentamento ao racismo no âmbito da referida política pública, considerando tratar sobre o tema do racismo não apenas durante o mês de novembro, mas promovendo debates continuados sobre o tema.

Este material propõe a técnica de rodas de conversa para efetivar debates de enfrentamento ao racismo de forma dialógica e participativa, sugerindo o formato utilizado como um projeto piloto efetivado no ano de 2022, no âmbito da pesquisa de mestrado intitulada "Raça, Classe,

Gênero e Educação Permanente na Assistência Social em Porto Seguro/BA” realizada no PPGER/UFSB, junto à equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Arraial d’Ajuda, utilizando textos, vídeos, dinâmicas em grupo e outros materiais que possibilitaram momentos de reflexão sobre a importância de uma atuação antirracista em nossos microterritórios de atuação profissional.

Sou Paulo Henrique Passos Dutra, atuo há 10 anos como assistente social em unidades CRAS de Porto Seguro e desde 2021 na coordenação do CRAS Arraial d’Ajuda. No PPGER/UFSB, como mestrando, ingressei em 2021, sob orientação da professora Dra. Carolina Bessa Ferreira de Oliveira no projeto de pesquisa intitulado “Raça, Classe, Gênero e Educação Permanente na Assistência Social em Porto Seguro”, do qual resultou o presente material/produto educativo a partir de uma pesquisa participante.

Este material se organiza, inicialmente, em uma sessão que aborda uma reflexão introdutória sobre os marcadores sociais de raça, classe social e gênero, que se apresentam enquanto aspectos predominantes entre o público majoritário atendido pela assistência social em Porto Seguro. Na sequência, descrevemos quatro propostas de rodas de conversa que foram experimentadas ao longo do percurso investigativo do mestrado e poderão ser replicadas nas demais unidades de atendimento da assistência social, assim como utilizadas como inspiração para outras práticas análogas. Por fim, elencamos sugestões de leituras, vídeos, formulário utilizado para iniciar o debate e formulário para avaliação da atividade executada.

Esperamos que este material possa ser difundido entre todas as equipes da Assistência Social em Porto Seguro, nos disponibilizando a apoiar sua implantação. Ansiamos uma boa leitura a todas (os) na perspectiva de construção de uma atuação antirracista em nossos espaços de trabalho!

Paulo Henrique Passos Dutra
(73) 9 8102-4214
E-mail: phpdutra@hotmail.com



Sumário

5 Assistência Social e atuação interseccional:
raça, classe social e gênero

10 Rodas de conversa:
uma proposta metodológica

15 1ª Roda de conversa: apresentação e
levantamento de conhecimentos prévios

17 2ª Roda de conversa: discutindo as
desigualdades raciais e sociais

19 3ª Roda de conversa: enfrentamento ao
racismo no cotidiano da assistência social
(parte 1/2)

21 4ª Roda de conversa: enfrentamento ao
racismo no cotidiano da assistência social
(parte 2/2)

26 Sugestões de leitura e outros materiais

29 Referências

30 Anexos



Assistência Social e atuação interseccional: raça, classe social e gênero

A abordagem das relações étnico-raciais na Assistência Social em Porto Seguro é marcada por ações pontuais realizadas em formato de campanhas durante o mês de novembro. A ausência de discussões e estudos mais aprofundados sobre o tema, gera uma série de dúvidas e lacunas em torno das categorias analíticas para análise das relações étnico-raciais face à assistência social. Assim, alguns conceitos centrais no debate étnico-racial, sob prisma crítico, foram fundamentais para a elaboração e execução dessa proposta metodológica, tendo sido discutidos em diferentes momentos ao longo das rodas de conversa realizadas e que inspiraram a presente propositura.

Nesse sentido, uma breve contextualização sobre o cenário da assistência social pode contribuir para conhecermos os aspectos predominantes da população atendida por esta política pública. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011), o público majoritário atendido pela assistência social no Brasil é constituído por mulheres negras. Dados do Cadastro Único de 2018 mostram que entre as quase 14 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, mais de 90% dos

responsáveis familiares são mulheres e, dentre este número, 75% são mulheres negras.

Um dos principais serviços ofertados nos CRAS é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o qual tem por objetivo prevenir situações de violações de direitos ou, ao menos, evitar o agravamento das mesmas. De acordo com o Sistema de Informações do SCFV (2018) aproximadamente 2 (dois) milhões de pessoas participaram do SCFV em cada trimestre, sendo mais da metade constituído por mulheres/meninas, das quais 64% são negras. Ainda, ao considerar os dados do Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC) analisados em 2018, as situações de vulnerabilidade e risco individual e social atingem principalmente as pessoas negras.

De forma empírica durante mais de dez anos de atuação como assistente social em equipe do CRAS de Porto Seguro, ficou perceptível que as temáticas referentes à população negra na assistência social são tratadas no mês de novembro, por ocasião da campanha comumente intitulada “Novembro Negro”, mas não consideram a relação entre raça, classe e gênero. Ressalta-se que mesmo durante a referida campanha, as atividades realizadas são pontuais, tais como momentos culturais e registros fotográficos, sem análise crítica desta importante temática. Dessa forma, a intersecção entre relações étnico-raciais, gênero e as vulnerabilidades sociais enfrentadas historicamente pela população negra carece de melhor abordagem como elemento essencial no processo de diagnóstico e planejamento das ações permanentes a serem executadas

no âmbito da assistência social municipal.

A interseccionalidade é uma ferramenta de análise e de prática, que segundo Collins e Bilge (2021) possui uma consonância entre investigação e práxis que pode gerar novos conhecimentos e/ou práticas relevantes e que liga ideias e ações na inter-relação entre investigação e práxis (p. 57) Neste sentido, destacam um importante aspecto sobre a interseccionalidade:

Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo. Alguns grupos são especialmente vulneráveis às mudanças na economia global, enquanto outros se beneficiam desproporcionalmente delas. A interseccionalidade fornece uma estrutura de interseção entre desigualdades sociais e desigualdade econômica como medida da desigualdade social global. Ao focar raça, gênero, idade e estatuto da cidadania, a interseccionalidade muda a forma como pensamos emprego, renda e riqueza, todos os principais indicadores de desigualdade econômica (COLLINS; BILGE, 2021, p. 33).

De acordo com Mbembe (2014) do ponto de vista biológico, Raça nunca existiu, uma vez que, os seres humanos pertencem à mesma espécie. Deste modo, a categoria raça foi tratada durante as rodas de conversa como definição de um elemento histórico-cultural construído. Mbembe (2014) elenca que historicamente as populações não europeias eram classificadas como raças, numa discriminatória analogia com o mundo animal, determinando um afastamento dessas populações do projeto humanista, criado pela modernidade e, conseqüentemente, as inferiorizando e dominando.

Antes de mais, a raça não existe enquanto facto natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projecção ideológica cuja função é desviar a atenção de conflitos antigamente entendidos como mais verossímeis – a luta de classes ou luta de sexos, por exemplo (MBEMBE, 2014, p. 26).

No tocante ao racismo, utilizamos o conceito de Elisa Larkin Nascimento (2009) para mediação das discussões realizadas no CRAS Arraial d'Ajuda, no qual a autora supracitada cita a criação teórico-científica construída pela cultura do branco europeu, que tinha como objetivo inferiorizar e escravizar os povos africanos como um modelo proeminente do racismo, nunca antes existido na história da humanidade.

Racismo é a crença na inerente superioridade de uma raça sobre outra. Tal superioridade é concebida tanto no aspecto biológico como na dimensão psicossociocultural - esta é a dimensão usualmente negligenciada ou omitida nas definições tradicionais do racismo (NASCIMENTO, 2009, p. 210).

Realizamos junto à equipe técnica do CRAS Arraial d'Ajuda, um breve resgate histórico sobre como a população negra foi posta estrategicamente em uma condição subalternizada, expropriando-se dela a participação em espaços de tomada de decisões, mesmo aquelas pertinentes à sua própria vida, ampliando assim, o conceito de classe. Refletimos coletivamente como a categoria classe criou estruturas de poder dominante, no caso, dominação do branco sobre o negro que persiste até o presente tempo, destituindo da população negra o direito de condições iguais de escolha e perspectivas de vida, conforme explica Rita Mae Brown:

Classe é muito mais do que a definição de Marx sobre a relação com os meios de produção. Classe envolve o comportamento que adotamos, nossos pressupostos básicos sobre a vida. Nossa experiência (determinada por nossa classe) valida esses pressupostos, a forma como somos ensinados a nos comportar, o que esperamos de nós mesmos e dos outros, nosso conceito de futuro, como entendemos os problemas e os resolvemos, como nos sentimos, pensamos, agimos (BROWN, 1974, p. 15 apud HOOKS, 2000, p. 196).

O racismo não é um fenômeno apenas individual e institucional, é também estrutural. De acordo com Almeida (2018), o racismo estrutura a sociedade, a economia, a política, o sistema administrativo, jurídico, midiático e trabalhista. O público majoritariamente atendido pela assistência social se constitui por pessoas negras, em especial, mulheres negras, desempregadas(os) ou em relações trabalhistas de subemprego, baixa renda, pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza, pessoas em situação de rua, direitos violados em diversos aspectos e pessoas em fragilidades de vínculos familiares e/ou comunitários. Neste sentido, tratamos sobre o conceito de racismo estrutural para ampliar o entendimento do processo histórico do racismo.

O racismo estrutural como elemento central no processo histórico de exclusão social, considerando que "o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural (ALMEIDA, 2018, p. 38).

No que se refere à ferramenta analítica da interseccionalidade, nos baseamos nas análises de Collins e Bilge (2021), já citadas, onde destacam que "a interseccionalidade também nos estimula a repensar o conceito de disparidade de riqueza. Em vez de enxergarmos a disparidade de riqueza como algo desconectado das categorias de raça, gênero, idade e cidadania, a lente interseccional mostra que as diferenças de riqueza refletem sistemas de poder interligados". As autoras ressaltam a importância do conceito de interseccionalidade enquanto ferramenta analítica na análise da desigualdade social:

A interseccionalidade, ao reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social. Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre as várias categorias de poder (COLLINS, BILGE, 2021, p. 48).

Essa ideologia de dar as costas às origens étnicas do Negro, isto é, a formação de uma sociedade supostamente aberta vem acompanhada do mito da democracia racial e que é um elemento desarticulador da consciência do Negro brasileiro. A chamada democracia racial é o suporte ideológico no qual se assenta uma política discriminatória, racista, de extermínio contra o Negro brasileiro (MOURA, 1983, p.127).

Considerando os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011), apresentados no início deste trabalho e que mostram que o público majoritário atendido pela assistência social é constituído por mulheres negras, tornou-se fundamental considerar outra variável, o gênero. Neste sentido, consideramos as análises realizadas por Lélia Gonzalez que ao problematizar a estratificação das populações negras no Brasil, explica que além de ser determinada pela cor é também determinada pelo gênero. As mulheres e, principalmente as mulheres negras, sofrem duplamente as mazelas sociais em decorrência do racismo e do machismo. A cultura do racismo e do machismo incrustado no tecido social das populações brasileiras é uma realidade que não pode estar alheia à política pública da assistência social.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (GONZALES, 1984, p. 224).

Portanto, com o intuito de promover nas unidades da assistência social de Porto Seguro uma análise e uma prática acerca da intersecção entre raça, classe e gênero, essa proposta metodológica pretende contribuir para fomentar debates que ampliem o entendimento das equipes técnicas de que essas categorias, como aspectos predominantes entre a população usuária dos serviços ofertados pela assistência social, são fundamentais para compreendermos a realidade social na qual a mesma encontra-se inserida e, a partir daí, planejarmos e executarmos intervenções profissionais pautadas em uma análise crítica e antirracista que integre as ações dessas equipes ao longo de todo ano.



A execução das rodas de conversa que antecederam a elaboração do presente material integram pesquisa de mestrado realizada no âmbito da UFSB/PPGER e tomou como base a realização de rodas de conversa inspiradas na pedagogia de Paulo Freire (1967), com metodologia dialogada, horizontalizada e participativa, e cujo ponto de partida é sempre a realidade vivenciada pelos sujeitos.

Assim, de junho a dezembro de 2022, foram realizadas três rodas de conversa com as (os) profissionais atuantes no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Arraial d'Ajuda, local de atuação profissional direta do pesquisador, para debate sobre o tema e uma 4ª roda de conversa, em janeiro de 2023, para coleta de contribuições para elaboração deste material, e cuja sugestão é adaptada nessa proposta que ora se apresenta.

A escolha da técnica de roda de conversa contribuiu para a melhoria da qualidade das interações estabelecidas no processo de formação, permitiu que as (os) participantes expressassem o conhecimento que possuíam sobre o tema, suas concepções, opiniões e, principalmente, possibilitou refletir sobre o tema de forma crítica e propositiva a partir das vivências e conhecimentos de cada pessoa envolvida na

atividade. O pesquisador atuou como mediador em todas as atividades.

Todas as rodas de conversa foram planejadas com antecedência, realizadas em uma sala no CRAS, com duração de cerca de 1 hora e trinta minutos cada, com a média de cinco participantes da equipe técnica voluntários por adesão em cada. Optou-se por organizar as cadeiras de forma circular no espaço disponível, utilizando-se de computador do próprio pesquisador, links de textos, vídeos e formulários, dispondo de metodologias participativas e horizontalizadas, e de uma avaliação processual ao final de cada roda. Destaca-se que cada roda contou com novas pessoas participantes, dada a rotatividade de pessoal técnico na ocasião; no entanto, inicialmente a proposta seria que fosse mantido o mesmo grupo de participantes, em razão da continuidade do processo de discussão coletiva entre as rodas.

Desta forma, segue breve descrição das rodas de conversa como propostas de atividades de fomento ao debate sobre o enfrentamento ao racismo, sob um prisma interseccional, na assistência social em Porto Seguro.

* A descrição mais detalhada acerca das atividades, ao lado da pesquisa completa, podem ser conferidas na dissertação intitulada " Raça, Classe, Gênero e Educação Permanente na Assistência Social em Porto Seguro/BA" produzida no âmbito da UFSB/PPGER e disponível no repositório online: https://sig.ufsb.edu.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?c=pt_BR&id=234

1ª Roda de conversa: apresentação e levantamento de conhecimentos prévios

A primeira roda de conversa teve como objetivo apresentar a proposta formativa e também o projeto de pesquisa que a antecedeu, assim como levantar conhecimentos prévios e iniciar um debate crítico sobre racismo, raça, classe e gênero. Dessa forma, além de um momento inicial de apresentação, foram planejadas atividades e recursos como abaixo citados, em ordem de execução:

1º Apresentação do vídeo "Ninguém Nasce Racista" (TV Globo - Criança Esperança aborda questão do racismo, disponível em: [youtube: https://youtu.be/qmYucZKoxQA](https://youtu.be/qmYucZKoxQA)) - 10 minutos;

2º Debate inicial sobre o conhecimento prévio e entendimento da (os) participantes sobre raça, racismo, classe e gênero - cada pessoa presente pôde expressar livremente seus entendimentos de forma breve e o mediador comentou, na sequência, pesquisas acadêmicas que abordam o mito da democracia racial;

3º Levantamento escrito através de formulário pré-estruturado via Google Forms - 15 minutos (anexo 01) - as (os) participantes foram apresentados à proposta e responderam o formulário em seus dispositivos eletrônicos via link virtual; as respostas a tal formulário foram trabalhadas no planejamento da segunda roda de conversa;

4º

Indicações de vídeo e leitura para a próxima Roda de Conversa:

- Documentário da TV Câmara - "Raça Humana", disponível em: <https://youtu.be/ovZVqvkyBbo>;
- Texto: GOMES, Nilma Lino. "Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão";
- "Educação anti- racista: caminhos abertos pela Lei Federal Nº 10.639/03" - Portal Geledés, disponível em: https://www.geledes.org.br/educacao-anti-racista-caminhos-abertos-pela-lei-federal-no-1063903/?gclid=CjwKCAiAloIfBhAXEiwApzCztk2CQuEFzPNu2AS5KunlcU9jR09QmkMeXRvNPC1NyuyLxz4f1KddjBoCT1AQAvD_BwE . - 20 minutos;

5º

Avaliação da 1ª Roda de Conversa, via formulário Google Forms - 10 minutos (Anexo 02).

2ª Roda de conversa: discutindo as desigualdades raciais e sociais

A segunda roda de conversa foi planejada, em continuidade à primeira, levando-se em conta o levantamento realizado sobre os conhecimentos prévios das pessoas participantes; e para o debate foram pesquisadas evidências e dados sobre as desigualdades raciais e sociais no Brasil, mediando-se metodologia com dinâmica participativa, como descrito a seguir:

- 1º Dinâmica "Árvore de Problemas" com tema central: racismo - 15 a 20 minutos.

o pesquisador/mediador explicou o funcionamento da metodologia consistente em identificar as "raízes" (causas) do racismo e suas consequências (galhos e folhas) e levou um cartaz com o desenho inicial de uma árvore, de modo que cada participante pôde escrever em pequenos pedaços de papel suas sugestões e colar na imagem produzida coletivamente; como fechamento da dinâmica foi aberto um debate sobre o que foi colocado como causa e consequência e, com isso, todos puderam se expressar e levantar suas percepções e até mesmo dúvidas (Fotos - Anexo 03);
- 2º Com base nas consequências discutidas na dinâmica anterior, foi aberto um segundo debate sobre desigualdades raciais e sociais no Brasil, a partir de alguns questionamentos lançados ao grupo (como quantidade de vítimas brancas e negras de homicídio no Brasil; diferença de renda entre brancos e negros, homens e mulheres - inclusive brancos e não brancos; dados sobre feminicídio de mulheres brancas e negras, publicação de livros considerando autoras (es)

negras (os) e número de reitoras (es) de universidades públicas lideradas por brancos e negros, homens e mulheres). Os dados estatísticos sobre o racismo utilizados foram publicados no Atlas da violência; do site Carta Capital disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-estatisticas-que-mostram-o-abismo-racial-no-brasil> e quantidades de mulheres reitoras de universidades federais com dados do site da UFSB, disponível em: <https://ufsb.edu.br/ultimas-noticias/875-comunidade-academica-comemora-a-posse-de-joana-guilmaraes-como-reitora-da-ufsb>) - 15 a 20 minutos; acrescente-se como sugestão a abordagem sobre a importância legislações e políticas de combate ao racismo e às desigualdades já conquistadas no país, como Lei definidora do crime de racismo, Estatuto da Igualdade Racial, Lei Nº 10.639/2003 e 11.645/2008 e Lei de cotas.

3º

Como terceiro momento dessa roda de conversa, foi realizada uma exposição dialogada de construções de autoras (es) que tratam dos conceitos básicos sob um olhar crítico acerca de raça, racismo, racismo estrutural, interseccionalidade e mito da democracia racial no Brasil (20 a 30 minutos) em diálogo com o texto de Nilma Lino Gomes e o vídeo Raça Humana, indicados ao final da 1ª roda de conversa (disponível nos referenciais teóricos);

4º

Ao final, foi indicado (pode ser apresentado) o vídeo "Bia Ferreira: Cota não é esmola" - vídeo youtube 07 minutos (disponível em: <https://youtu.be/QcQlaoHajoM>);

5º

Avaliação da 2ª Roda de Conversa, via formulário Google Forms - 10 minutos (idem anexo 01).

3ª Roda de conversa: enfrentamento ao racismo no cotidiano da assistência social (parte 1/2)

A terceira roda de conversa foi realizada com o objetivo de discutir e construir estratégias de enfrentamento ao racismo no cotidiano da assistência social municipal, com foco na elaboração do presente produto/material formativo. Para essa proposta ser replicada, a seguir apresentamos uma indicação de metodologia adaptada ao que foi realizado e que, assim, poderá ser replicada. Pensando na construção coletiva, apresentamos a técnica 5W2H (descrita na sequência) possibilitando a equipe técnica do CRAS Arraial d'Ajuda colaborar em diferentes aspectos de elaboração deste material. A mesma técnica pode ser usada na construção de um plano de ação para a unidade identificar ações específicas.

1º

Inicialmente, na terceira roda de conversa foi aberto um espaço para discussão acerca dos conceitos e informações abordados na segunda roda. Assim, foram colocadas livremente pelas pessoas participantes suas inquietações, dúvidas e reflexões a partir do debate sobre desigualdades raciais e sociais, assim como dos conceitos levantados. (20 a 30 minutos).

2º

Na sequência, foram retomados alguns conceitos-chave como raça, racismo, racismo estrutural, mito da democracia racial, educação permanente e interseccionalidade, que surgiram a partir de diferentes entendimentos no decorrer das rodas de conversa realizadas com a equipe do CRAS Arraial d'Ajuda. Dessa forma, foram discutidos conceitos com base em autoras (es) previamente selecionadas

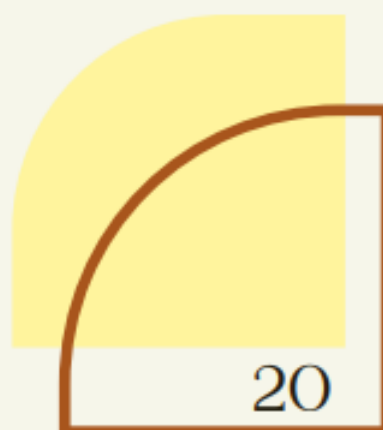
3º

os) pelo pesquisador-mediador, tais como aqueles já mencionados no tópico 2 do presente material (20 a 30 minutos).

4º

Apresentação da técnica 5W2H e das suas possibilidades de utilização para construção - na 4ª oficina - de um plano de ação de enfrentamento ao racismo, sob prisma interseccional, nos trabalhos da unidade. Espera-se que as pessoas participantes possam, antes da próxima oficina, refletir e esboçar sobre cada aspecto necessário para ações de enfrentamento ao racismo em seu cotidiano de trabalho e na política de assistência social.

Observação: Optamos pela utilização da técnica 5W2H por se tratar de uma ferramenta utilizada e disponibilizada em 2021 pelo Setor de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social de Porto Seguro em outra atividade educativa junto às equipes técnicas e por ter se mostrado como uma eficiente técnica na construção coletiva de planos de ação.



Sobre a técnica 5W2H

- Origem japonesa - Sakichi Toyoda;
- Ferramenta óbvia, simples e bastante utilizada (Oliveira, 2017);
- Instrumento utilizado por lideranças e gestores que intenta delimitar responsabilidades na implantação de ações de uma organização;
- Ferramenta para execução e controle de tarefas onde são atribuídas as responsabilidades;
- Serve ao propósito de delimitar as tomadas de decisões;
- What (o quê), Why (por quê), Where (onde), When (quando) e Who (quem). Já o 2H se refere às iniciais de How (como) e de How much (quanto);
- Tão fácil que o procedimento de aplicação do instrumento por ser feito por meio do preenchimento de seu quadro.
 - (What) O QUÊ? - aquilo que será feito.
 - (Why) POR QUÊ? - justificativa da ação.
 - (Who) QUEM? - responsável pela ação.
 - (Where) ONDE? - abrangência da ação.
 - (When) QUANDO? - momento da realização.
 - (How) COMO? - detalhamento do método para realizar a ação.
 - (How Much) QUANTO? - vai custar pra ser feito? custo da ação.

Fonte: Slide do Setor de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social de Porto Seguro (BA) (2021).

4ª Roda de conversa: enfrentamento ao racismo no cotidiano da assistência social (parte 2/2)

Propõe-se que esta roda seja realizada com o objetivo de definir coletivamente na equipe possíveis ações e etapas de efetivação de práticas de enfrentamento ao racismo no cotidiano da assistência social, desde o acolhimento até o acompanhamento, encaminhamentos e as intervenções junto às pessoas, famílias e comunidades usuárias da políti-

ca. Além de um primeiro momento sobre a explicação da metodologia, sugere-se um debate amplo sobre cada elemento da técnica 5W2H em grupo e a elaboração de um plano coletivo.

A execução da dinâmica 5W2H requer necessariamente uma participação dialogada, e pode ser concretizada por meio de plataformas virtuais online (como Miro e análogas) ou de forma manual, a partir dos recursos disponíveis, como papel e caneta. Abaixo explicitamos uma possível proposta de ação:

Quadro 02 - Técnica 5W2H: Construção coletiva

Técnica 5W2H	Sugestões das (os) participantes/o que se espera
O quê?	- Refletir sobre o que pode ser aprimorado no trabalho da equipe/unidade no intuito de concretizar possíveis práticas antirracistas no cotidiano, tais como: identificar situações de vulnerabilidade social de usuárias(os) decorrentes do racismo estrutural, por exemplo, ou situações específicas de saúde da população negra, que requerem maior acolhimento e visão crítica.
Quem?	- Identificar profissionais da unidade de nível médio e superior que podem colaborar direta e indiretamente na ação. E incluir tais profissionais nos processos formativos. - Levantar necessidade de parcerias específicas para ações construídas pela equipe, como professores e profissionais de outras áreas ou políticas públicas, tendo em vista a intersetorialidade.
Onde?	- Relacionar unidades de atendimento - demais unidades de atendimento da assistência social, se for o caso; identificar rede de proteção, equipamentos e outras políticas públicas - como Escolas, Postos de Saúde e praças públicas - vi-

	sando atingir um maior número de pessoas com as informações e encaminhamentos, se for o caso.
Porquê?	- Ausência ou carência de ações específicas sobre o tema; - Para ajudar na construção de uma cidade antirracista e enfrentar as desigualdades sociais; - Perpetuar e difundir conversas/Informações para aumentar a igualdade racial; - Para discutir sobre o racismo cotidianamente e prevenir atos racistas na instituição e sociedade.
Quando?	- Permanentemente/constantemente; - Prever cronograma/ tempo necessário para a execução.
Como?	- campanhas e ações antirracistas permanentes entre equipes e usuárlas(os); - elaboração de protocolos/fluxos de atendimento e encaminhamentos, a partir da realidade vivenciada e considerando a intersetorialidade das políticas locais; - Avaliação permanente do plano de ação para debate de ideias, novas ações e discussões em reuniões da própria equipe.
Quanto?	- Equipes e recursos materiais já existentes nas unidades; - Estabelecer parcerias voluntárias.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sugere-se que o plano de ação elaborado na quarta roda seja objeto de ampla discussão, avaliação e inserção no planejamento da unidade, visando uma atuação antirracista orgânica.

ca. Além de um primeiro momento sobre a explicação da metodologia, sugere-se um debate amplo sobre cada elemento da técnica 5W2H em grupo e a elaboração de um plano coletivo.

A execução da dinâmica 5W2H requer necessariamente uma participação dialogada, e pode ser concretizada por meio de plataformas virtuais online (como Miro e análogas) ou de forma manual, a partir dos recursos disponíveis, como papel e caneta. Abaixo explicitamos uma possível proposta de ação:

Quadro 3 - Síntese da proposta metodológica para as rodas.

	1ª roda de conversa	2ª roda de conversa	3ª roda de conversa	4ª roda de conversa
Tema	Apresentação e levantamento de conhecimentos prévios.	Discutindo as desigualdades raciais e sociais.	Enfrentamento ao racismo no cotidiano da assistência social (parte 1/2).	Enfrentamento ao racismo no cotidiano da assistência social (parte 2/2).
Objetivos	a) Abordar o tema acerca das relações étnico-raciais e do racismo na sociedade brasileira; b) Conhecer a compreensão prévia das pessoas participantes sobre o tema.	a) Discutir as causas do racismo e suas consequências na contemporaneidade; b) Refletir sobre as desigualdades raciais no Brasil a partir de evidências; c) Introduzir conceitos críticos sobre raça, racismo e etnia.	a) Discutir o enfrentamento ao racismo, em uma perspectiva interseccional, no âmbito da Assistência Social; b) Refletir sobre o enfrentamento ao racismo no cotidiano das unidades de atendimento.	a) Definir coletivamente na equipe possíveis ações e etapas de efetivação de práticas de enfrentamento ao racismo no cotidiano da assistência social;
Metodologia	Roda de conversa; Questionário (formulário forms); Indicação de leitura e vídeo para a segunda roda; Avaliação processual sobre a roda.	Roda de conversa; Árvore de problemas; Quiz; Apresentação de evidências (indicadores e estatísticas sociais). Avaliação processual sobre a roda.	Roda de conversa; 5W2H.	Explicação da metodologia, debate amplo sobre cada elemento da técnica 5W2H em grupo; Elaboração de um plano coletivo, utilizando a técnica 5W2H de forma participativa e dialogada.

 Material necessários 	Computador com internet; sala na unidade, com cadeiras; papel e caneta; materiais de escritório (cartolina, cola, fita adesiva).
 Tempo estimado 	1 hora e 30 minutos a 2 horas.
 Prospectivos participantes 	Equipes técnicas das unidades de atendimento da Assistência Social (nível superior e médio).*

Fonte: Elaborado pelo autor.

*Na execução piloto da presente proposta de rodas de conversa não foi possível abarcar o Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), que inclui usuárias e usuários da política, por falta de profissionais responsáveis pela execução desse Serviço à época. No entanto, entende-se que tal proposta pode ser flexibilizada a fim de trabalhar com o público do SCFV e em outras atividades de caráter coletivo pertinentes ao trabalho desenvolvido pelas equipes de atendimento da assistência social.





Leituras

BORGES, Rosane da Silva. Mídia, racismos e representações do outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. In BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane da Silva (Orgs.). **Mídia e Racismo**, Petrópolis (RJ): DP et Alii, Brasília, DF: ABPN, 2012.

BRASIL. Estatuto da Igualdade Racial e normas correlatas. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. Cartilha SUAS Sem Racismo: Promoção da Igualdade Racial no Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2018.

Campanha Serviço social no combate ao racismo. Campanha do CFSS, gestão 2017-2020. : <http://servicosocialcontraracismo.com.br/combate-cotidiano/http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>

Conselho Federal de Serviço Social. Série Assistente social no combate ao preconceito. 3. racismo (Gestão 2014-2017) http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf?fbclid=IwAR2V7ncOMCmmHwuwyDK34nkDuDN1zVsM1qdEDQbWxh_20JxGxre75a8cttU

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOOKE, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, [online]. 2015, n.16. Brasília, janeiro - abril de 2015, p.193-210.

IGLESIAS, Juliana. "Coord." Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, Brasília: CFESS, 2012.

Manifesto da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd_1W5cVGOBONMerwKcT2MYj5IL2c_oh4MDIse-zfIQv4BA/viewform

NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SANTOS, Richard. Maioria Minorizada: Um Dispositivo Analítico de Racialidade. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

Canais do YouTube

Árvore de Problemas (YouTube - Canal Big Bem, disponível em: https://youtu.be/G9d_JFOpXY8)

Técnica 5W2H (You Tube - Canal Blog Abri Minha Empresa, disponível em: <https://youtu.be/M4dNnrcUq9s>)

Música "Cota não é esmola" - Bia Ferreira (YouTube - Canal Gabriela Frossard, disponível em: <https://youtu.be/sJGONZIJKDE>)

"Ninguém nasce racista. Continue criança"(YouTube - Canal TV Globo, disponível em: <https://youtu.be/qmYucZKoxQA>)

"A corrida dos privilégios" - "Português/BR" (YouTube - Canal Calma Jovem, disponível em: <https://youtu.be/1gHJBTM3ekk>)

"Entenda o que é racismo estrutural" - (YouTube - Canal Preto, disponível em: <https://youtu.be/lryL8ZAMq-E>)

"O que é racismo estrutural? Desenhando". (disponível em: <https://youtu.be/la3NrSoTSXk>)

Entenda a importância das cotas - Canal Preto (disponível em: <https://youtu.be/SwN4ndBFaPg>)

"Negros podem ser racistas?" (YouTube - Canal Caçador de Histórias, disponível em: <https://youtu.be/7kcjF-w9BIY>)



Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRASIL. **POLÍTICA DE Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2012.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo : Boitempo, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa/Portugal: Antígona Editora Refractários, 2014.

MOURA, Clóvis. Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. **Afro-Ásia**, nº 14, p. 124-137.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: uma Abordagem Epistemológica Inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

Slides do Setor de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social de Porto Seguro. **5W2H: Técnica para Construção de Planos de Ação**, 2021.



Anexo 1 - Formulário Google Forms utilizada na 1ª roda de conversa.

RAÇA, CLASSE, GÊNERO E EDUCAÇÃO PERMANENTE NA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PORTO SEGURO/BA

1ª Roda de Conversa

1 - Qual é o seu entendimento sobre "raça"?

Parágrafo

Texto de resposta longa

2 - Qual é o seu entendimento sobre "racismo"?

Texto de resposta longa

3 - Qual é o seu entendimento sobre "classe"?

Texto de resposta longa

4 - Qual é o seu entendimento sobre "gênero"?

Texto de resposta longa

Anexo 02 - Formulário de avaliação da atividade (Pode ser utilizado em todas as atividades).

Avaliação da 1ª Roda de Conversa

1ª Roda de Conversa - 28/06/2022

1 - Com relação a satisfação geral da atividade.

Múltipla escolha

☐ Muito Satisfeito

☐ Satisfeito

☐ Pouco Satisfeito

☐ Não satisfeito

☐ Outro: _____

☐ Adicionar opção ou [adicionar "Outro"](#)

Compartilhar

2 - Com relação a linguagem e abordagem geral da atividade.

☐ Muito Satisfeito

☐ Satisfeito

☐ Pouco Satisfeito

☐ Não Satisfeito

☐ Outro: _____

3 - Com relação a dúvidas, dicas, e conhecimento do tema (do ministrante).

☐ Muito Satisfeito

☐ Satisfeito

☐ Pouco Satisfeito

☐ Não Satisfeito

☐ Outro: _____

4 - Com relação ao seu conhecimento do tema.

☐ Já conhecia e não tive nenhuma dificuldade

☐ Conhecia pouco sobre o tema

☐ Nunca havia participado desse tipo de atividade, mas é um tema importante

☐ Nunca havia participado desse tipo de atividade. Não considero importante.

☐ Outro: _____

5 - Quanto ao tempo para realização da atividade:

☐ Tempo suficiente

☐ Tempo insuficiente

☐ Outro: _____

continua

8 - Livros sugeridos e comentários (opcativos)

The image shows two pages of a hand-drawn mind map on brown paper. The left page has a central cloud-like shape with three main branches labeled 'EFETOS', 'RACISMO', and 'CAUSAS'. The right page is a detailed expansion of these branches.

Left Page:

- EFETOS** (Effects)
- RACISMO** (Racism)
- CAUSAS** (Causes)

Right Page:

- EFETOS** (Effects)
 - Economic effects of racism
 - Social effects of racism
 - Cultural effects of racism
 - Political effects of racism
 - Environmental effects of racism
 - Health effects of racism
 - Educational effects of racism
- RACISMO** (Racism)
 - Definition of racism
 - Types of racism
 - Consequences of racism
 - Ways to combat racism
 - Role of the media
 - Role of the government
 - Role of the judiciary
 - Role of the legislature
 - Role of the executive
- CAUSAS** (Causes)
 - Historical causes of racism
 - Social causes of racism
 - Economic causes of racism
 - Cultural causes of racism
 - Political causes of racism
 - Environmental causes of racism
 - Health causes of racism
 - Educational causes of racism